



NO PINTCHA

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3712/3722/3728

BISSAU

PRESIDENTE REGRESSA DA FRANÇA



O camarada General de Divisão, João Bernardo Vieira, Secretário-Geral do Partido e Presidente do Conselho da Revolução, é esperado hoje, em Bissau, de regresso da França, aonde se deslocara a fim de representar a Guiné-Bissau na X Cimeira Franco-Africana, que decorreu em Vittel (França), nos dias 3 e 4 do corrente mês.

O camarada Presidente viajou acompanhado dos camaradas Fidélis Cabral de Almada, suplente do Bureau Político do CC do Partido e ministro dos Negócios Estrangeiros, Joseph Turpin, suplente do BP do CC do Partido e ministro dos Recursos Naturais.

NOMEADOS NOVOS MEMBROS DO GOVERNO

Novos membros do Governo foram nomeados, na quarta-feira passada, pelo Conselho de Ministros, que reuniu sob a presidência do camarada Victor Saúde Maria, do Bureau Político do PAIGC, Vice-Presidente do Conselho da Revolução e Primeiro-Ministro.

O Conselho de Ministros nomeou quatro secretários-gerais para os Ministérios dos Negócios Estrangeiros, Obras Públicas, Construção e Urbanismo, Transportes e Turismo e Energia e Indústria. Foram ainda nomeados, um novo presidente do Instituto Nacional de Seguros e Previdência Social e mais quatro directores-gerais. (Ver pág. 8)

HOJE HÁ STAKA (4 páginas)

SAMORA MACHEL VISITA EUROPA



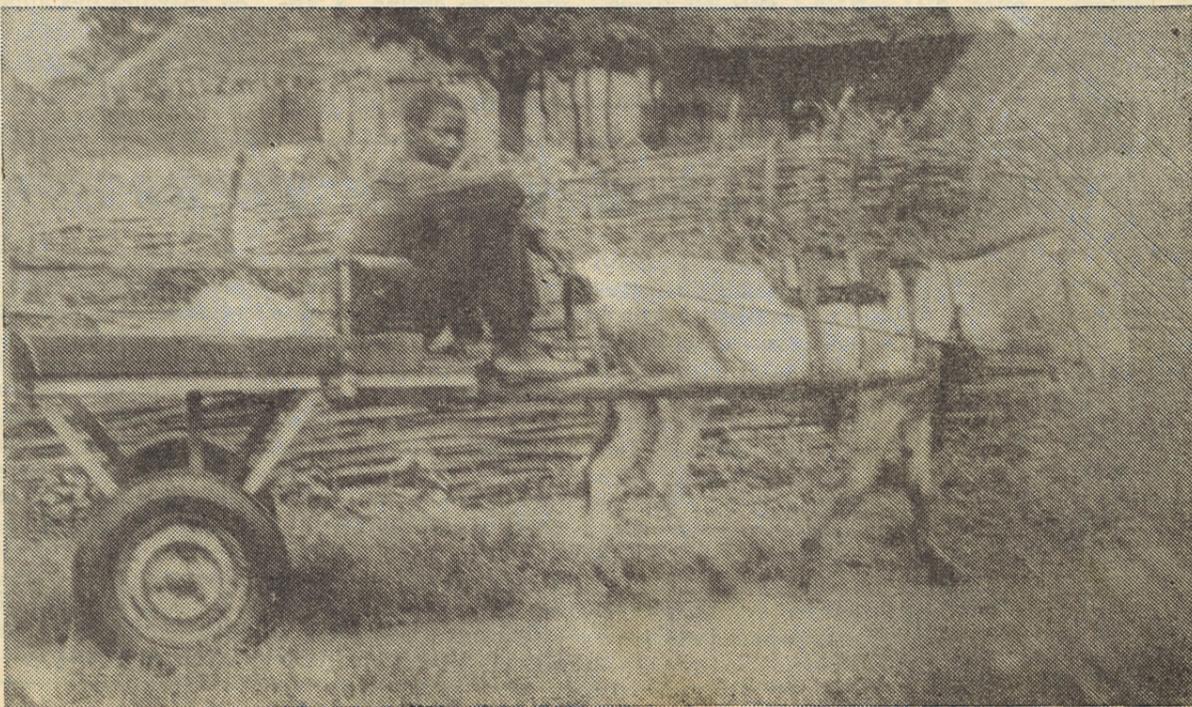
(Ver pág-7)

DIA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO EM PREPARAÇÃO

Inicia-se hoje em todo o País, a semana de comemorações do Dia Mundial da Alimentação. A Comissão Nacional criada para preparar os festejos elaborou um programa que termina no próximo dia 16, com um acto central em Biombo (tabanca de Ilondé).

Durante a semana, serão exibidos filmes sobre miséria, fome, doença etc, nos bairros da capital e nas regiões. No interior, alunos e pioneiros visitarão os centros de produção e, em Bissau, será radiodifundida uma mesa redonda sobre os problemas que travam o nosso desenvolvimento agrícola e a participação da mulher no processo de produção no país.

(Ver página 3)



Hospital Simão Mendes dispõe de novo aparelho de ginecologia

O Hospital «Simão Mendes» dispõe desde o passado o mês de Setembro de um novo aparelho de ginecologia, que irá permitir ao pessoal médico especializado naquele ramo oferecer uma melhor assistência. De acordo com as declarações do doutor Carlos Alberto da Silva, este novo aparelho denominado «LAPROSCÓPIO» que acabou de ser montado por um médico brasileiro, professor dr.

Kit Abdalá, foi-nos doado pela Universidade Johns Hopkins dos Estados Unidos de América, e é utilizado nos serviços de ginecologia e obstetrícia, servindo de um bom auxiliar para observar sem que tal seja exigido complicados processos. Ainda conforme o camarada Carlos Silva, o LAPROSCÓPIO é utilizado ainda para diagnosticar, bem como para fazer laqueação de

trompa. De momento, este novo aparelho encontra-se montado só no Hospital «Simão Mendes». Por outro lado, salienta-se que o dr. Carlos da Silva é de momento o único médico nacional especializado no uso desse aparelho, encontrando-se a desempenhar as funções de director dos Serviços Hospitalares na Região de Cacheu, pelo que, terá que se deslocar a Bissau

duas vezes por semana efectuar consultas no «Simão Mendes». Entretanto, é ao camarada Carlos Silva que cabe neste momento a tarefa de orientar o estágio a outro pessoal médico que depois de adquirirem experiência, serão enviados para outras regiões, onde poderão passar a actuar com esse aparelho, que vai ser adquirido pelo nosso Governo em quantidade razoável.

Caso de homicídio verificado em Bissau

Um caso de homicídio voluntário foi registado na noite de 25 para 26 de Setembro último, no Barro de Missirá, praticado por Isabel Timo, de 24 anos de idade, na pessoa do seu marido de nome Jorge Mango, de 51 anos de idade, pedreiro de profissão.

Ainda, confirmam os agentes da Ordem e segundo testemunhas oculares, entre as 7 às 8 horas, do dia 26 de Setembro, Jorge Mango começou a queixar-se de mal-estar.

Conduzido ao Hospital «Simão Mendes», com fortes dores viria a sair após lhe ter sido injectado um frasco de «soro».

Segundo as declarações de testemunhas oculares e depois confirmadas pela autora crime, o caso começou com uma discussão... Palavra vai palavra vem e eis que o marido resolve obrigar a esposa entrar em casa. Discordando a esposa, levantou-se e com o banco em que tinha estado sentada agrediu o marido na tempôra esquerda. A mulher aproveitando da confusão, fugiu.

Depois da sua morte, os agentes da ordem pública que foram informados do ocorrido detiveram a mulher que confessou ter agredido o marido com um banco, mas que não esperava que tal provocasse a sua morte.

Entretanto, de salientar que o casal tem dois filhos menores.

Gabú: Crime passionnal

Mamadú Djaló morreu na passada segunda-feira no hospital regional de Bafatá, onde havia dado entrada, vítima duma facada. O referido indivíduo foi agredido no sector de Sonaco por Amadú Baldé, que o surpreendeu com a esposa.

Entretanto, a polícia local, está a investigar afim de apurar outros aspectos inerentes a este caso. Segundo fontes da secção de investigação criminal do comando da polícia e ordem pública de Gabú, este tipo de acto tem sido frequente naquela região.

Delegação do MEN na Coreia

Proveniente de Pyongyang, onde esteve a representar o nosso país na primeira Conferência de Ministros da Educação e Cultura dos países Não-Alinhados regressou a Bissau na passada quarta-feira a delegação do Ministério da Educação Nacional, dirigida pelo camarada Galdé Baldé, Chefe do Departamento do Ensino Básico.

No final da conferência, que decorreu de 24 a 28 de Setembro findo, elaborou-se um programa de acção para cooperação, nos campos da educação e cultura entre os países membros do Movimento dos Não-Alinhados e uma declaração final que versa os aspectos fundamentais discutidos no encontro, quer no que respeita a problemas do desenvolvimento da educação e cultura, quer a questões quentes que predominam no nosso planeta.

Tomaram parte na conferência cerca de 250 delegações, representando os países Não-Alinhados, os movimentos de libertação, organismos internacionais e os países em vias de desenvolvimento. Os trabalhos decorreram em sessões plenárias e comissões que trataram de problemas educacionais e culturais.

Oio: Intensa actividade partidária

Com vista a análise da situação partidária e da organização juvenil no sector, nomeadamente os preparativos para a eleição dos comités de base do Partido e preparação para as assembleias dos comités de base do sector de Farim, decorreu no início desta semana no Secretariado Nacional do PAIGC na sede da região, uma reunião com todos os membros do Comité do Partido e do Secretariado da JAAC, sob a presidência do camarada Manuel dos Santos da Goia, secretário de organização de massas de Oio. Importa ainda salientar que as referidas

actividades terão início ainda este mês. Outras informações daquela zona indicam igualmente que o camarada Aladjé Biaguê Sumare presidente do Comité do Partido e Estado da região de Oio, deslocou-se ao sector de Bissorã e à secção de Binar, com o objectivo de proceder à inspecção dos comités de Estado daquelas localidades. O presidente foi acompanhado pelo camarada Tadeu de Brito Sampaio, secretário regional para assuntos administrativos do comité de Estado da Região de Oio. Por outro lado, a de-

legação do Ministério da Educação Nacional chefiada pelo camarada David António dos Santos, técnico assessor do Departamento do Ensino Básico Complementar, terminou a sua visita à região de Oio, para onde se havia deslocado com a finalidade de dar directrizes sobre o ano lectivo que ora começa.

É de salientar que a delegação visitou escolas da sede regional, inteirando-se das dificuldades de várias ordem que afectam o bom funcionamento do ensino na região.

Cacheu: Formação de milícias populares

A campanha de esclarecimento sobre a necessidade da formação de milícias populares terminou na quarta-feira em toda a região de Cacheu, indicou um despacho do correspondente da ANG em Canchungo. No acto de encerramento desta campanha que terminou os trabalhos com êxito, usaram da palavra os camaradas Adolfo Gomes, Nicolau Nambatu e Simão de Oliveira Sanca, respectivamente, Comandante regional das Forças Armadas Locais,

secretário da Organização de massas e comandante adjunto da Segurança e Ordem Pública a nível da região de Cacheu.

SITUAÇÃO DO ENSINO

A região de Cacheu é a maior em matéria de população estudantil, pois conta com 23 000 estudantes em todos os níveis do ensino. A região tem 736 professores, 89 escolas de construção definitiva,

182 escolas em barracas, tudo isto respeitante ao sector da primária, três escolas de Ensino Básico Complementar (Canchungo, Suzana e Bula), um Liceu regional em Canchungo, um centro de Educação Popular Integrado, um internato, três semi-internatos e uma escola de formação de professores.

Na cerimónia solene da abertura das aulas, o camarada Delegado Regional do Ministério da Educação Nacional disse

que apesar de todas as dificuldades encontradas no cumprimento da grandiosa tarefa, que é o de ensinar o nosso povo a ler e a escrever, «podemos dizer que os resultados conseguidos este ano foram encorajadores».

Recorde-se ainda que teve início na passada quarta-feira em toda a região de Cacheu, eleições dos novos membros nos 18 comités de base do Partido que existem na região.

Saliente-se que estes trabalhos estão a ser dirigidos pelos camaradas Eduardo da Silva e João N'Taú, respectivamente colaborador do Partido no Sector de Canchungo e vice-presidente do Comité do Partido na mesma localidade. Importa ainda sublinhar que estes trabalhos terão a duração de 22 dias, durante os quais serão abordadas questões que se prendem com a integração dos jovens de ambos os sexos nas milícias populares.

Acidentes de viação

Na semana de 25 de Setembro a 2 de Outubro passado, registaram-se vários acidentes de viação em Bissau e no interior do país, sendo a maior parte, sem gravidade. Contudo, há a destacar os que ocorreram nos dias 26 e 29 do mês passado.

Com efeito, no dia 26 de Setembro, pelas 16 horas, na Avenida 14 de Novembro, registou-se um acidente que foi

provocado por desrespeito à lei de prioridade. Um veículo que circulava na rua de Madina chegou ao cruzamento e, por não ter parado para ver se vinha outro carro, foi embater noutra viatura que passava no momento na Avenida 14 de Novembro. Do acidente, registaram-se graves danos materiais em ambos os carros.

Por outro lado, no dia 29 de Setembro, pelas

11 horas, na estrada João-Landim/Safim, um veículo de transporte misto (candonga) que circulava com velocidade moderada perdeu a roda de trás do lado esquerdo, tendo despistado e capotado fora da estrada numa distância de dois metros. Há a assinalar que 11 dos 14 passageiros que iam na viatura sofreram ferimentos ligeiros, além de danos materiais.

Responsáveis da Justiça

No Ministério da Justiça, foram empossados na passada segunda-feira, os camaradas Armando Monteiro da Cruz, para o cargo de director dos Assuntos Judiciários e Dr. Francisco de Paulo Medina, para as funções de Juiz de Direito da Vara Cível

do Tribunal Popular da região de Bissau.

Presidiu o acto o camarada Filinto Barros, membro do Comité Central do Partido e titular da pasta da Justiça na presença de altos funcionários daquele Ministério.

Eliminação da fome no mundo

Prioridade das prioridades

A eliminação da fome é a prioridade das prioridades, quer no plano nacional, quer a nível internacional. Isto porque, no mundo, hoje sabe-se que pelo menos uma em cada nove pessoas padecem ainda de grave desnutrição. A população mundial cresce a um nível anual de dois por cento e em muitos países os fornecimentos por habitantes estão a diminuir, as reservas alimentares mundiais atingem níveis perigosamente baixos.

Não existem estatísticas precisas sobre quantas pessoas morrem anualmente de inanição, mas são muitos os que padecem de consequências de enfermidades causadas pela má nutrição e subalimentação e porque são demasiado frágeis para resistir-lhes.

Na América Latina e em África, mais de metade de todos os casos de mortalidade infantil de menos de cinco anos de idade são atribuídos a carências nutricionais.

Daí que a luta contra a fome não pode ser isolada, razão porque vários países continuam a pugnar para o estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional e porque lutam por um diálogo aberto e franco entre os países do Terceiro Mundo e os países desenvolvidos. É de realçar, portanto, a grande contribuição do Organismo das Nações Unidas

para a Agricultura e Alimentação (FAO) na resolução de graves problemas que os países em vias de desenvolvimento enfrentam, principalmente na actual fase, em que a crise económica mundial tem feito surgir cada vez mais na África, Ásia e América Latina, a fome, a má-nutrição e a miséria.

O nosso planeta poderia alimentar trinta e seis milhões de milhões de homens. Os recursos potenciais são portanto enormes mas não são aproveitados e nem bem divididos. Com efeito, os homens tiram do solo mais do que o necessário para a humanidade. Em suma, não é a falta de terras cultiváveis nem cultivadas que provoca a fome. O problema é acentuado pela má organização da distribuição de mercados entre países ricos e pobres.

«O mundo pode alimentar-se de uma forma suficiente desde que os países consagrem grande parte dos seus esforços ao desenvolvimento agrícola e ece-rem particularmente a produção alimentar» — frisou o Director-Geral da FAO, Edouard Saouma para acrescentar que «é preciso aumentar as quantidades disponíveis da alimentação e melhorar a sua distribuição nos países e entre os países».

Essas soluções, sabe-

mos, exigem um nível de cooperação e de apoio ao desenvolvimento agrícola que ainda está longe de ser atingido. Todos os países e povos tanto ricos como pobres devem entreajudar-se para resolver as questões alimentares. A ajuda alimentar que se tem atribuído aos países mais pobres não é mais do que um complemento para que esses construam a longo prazo o seu futuro, e mais geralmente o futuro que fará desaparecer gradualmente as ameaças que a miséria faz pesar desde há muito sobre as perspectivas de uma paz durável. Zona de fome é zona de instabilidade social, campo fácil a intervenções estranhas, intromissões de países na área de influência de outros, pontos de tensão que fazem muitas vezes gastar mais nos armamentos do que o que seria necessário dispensar para fazer cessar a crise da fome.

Existem situações de fome mais ou menos generalizadas, atingindo áreas mais ou menos vastas. Só no continente africano, vinte e seis países são vítimas de situações deste tipo, afectando cerca de 250 milhões de seres humanos, o que representa 1/8 da humanidade.

Segundo dados da F.A.O., cerca de 400 milhões de pessoas (aproximadamente 1/10 da população mundial), vivendo nos

mais diversos locais, incluindo mesmo os países ricos, estão a atravessar situações graves de carência. A população africana que representa cerca de 2/3 da zona em desenvolvimento mundial atravessa uma situação de carência tão generalizada que cerca de 20 a 30 por cento encontra-se com fome ou subnutrida durante a maior parte do ano.

E destes valores, que não são fantasia, ressalta um problema preocupante — preocupante demais para que não se denuncie. É que ao lado dos países em que, por ironia do destino, os seus habitantes têm fome, existem outros em que a abundância e o desperdício são notórios. E talvez mais preocupante, porque mais próximo, o drama dos homens pobres nos países ricos que faz debater-se, por vezes, as ajudas dadas ao exterior sejam apenas e só por caridade e altruísmo.

A subnutrição está a delapidar o capital humano nos países pobres e também nos ricos por motivos que tocam outros aspectos que não são apenas a falta de alimentos e entre eles, os que interferem no seu baixo poder de compra. Um inquérito feito recentemente por uma empresa americana indica que



cerca de 78 por cento da população africana ao sul do Sahara, cerca de 66 por cento dos indianos e 42 por cento dos

mexicanos não tinham recursos para adquirir, no mercado, os alimentos que lhes são indispensáveis.

Jornada de sensibilização da opinião pública



A fim de vencer a fome e a desnutrição, os governos e povos de todos os países devem fazer um esforço a longo prazo. Com o objectivo de mobilizar uma especial atenção para este esforço, os 147 Estados representados na Conferência da Organização das Nações Unidas para a

alimentação e agricultura decidiram em 1979 escolher a data do aniversário da fundação da FAO — criada a 16 de Outubro de 1945 — para celebrar o Dia Mundial da Alimentação. Esta data foi assinada pela primeira vez em 1981.

É um dia em que se dá a conhecer ao público a natureza e a amplitude dos problemas alimentares mundiais, a fim de reforçar o sentimento de solidariedade nacional e internacional na luta contra a fome, a desnutrição e a pobreza. O objectivo principal do dia 16 de Outubro é de elevar o nível de consciência da opinião pública mundial sobre a natureza e

extensão do problema da fome no Mundo e estruturar os esforços necessários para superar a grave situação existente.

É uma ocasião igualmente em que é realçado o papel da FAO como organismo mundial que se ocupa da agricultura e da alimentação mediante a cooperação com todos os governos do mundo.

Entretanto, este tema não preocupa só a FAO, mas também outros organismos da ONU, governos, organismos não governamentais, organizações comunitárias, produtores, camponeses, consumidores e povos. enfim, todos quantos se interessam pela produção, distribuição e consumo de ali-

mentos em quantidade e qualidade apropriadas.

Na conferência de Roma de 1979, os participantes reiteraram que o compromisso assumido pelos membros da FAO, ao aceitar a instituição do Dia Mundial da Alimentação, foi promover actividades separadas e colectivas para aumentar os níveis de produção agrícola, de nutrição e vida, melhorar as condições da população rural e acabar com a fome na Humanidade.

Cinco anos antes era indispensável trabalhar para que em 1984 «não haja nenhuma criança que tenha que deitar-se sem ter satisfeito a sua fome, nenhuma

família que tema pelo pão do dia seguinte e que nem o futuro nem a capacidade de nenhum ser humano sejam diminuídos devido à má nutrição».

A jornada mundial de alimentação serve também de data para intensificar os programas nacionais de educação alimentar e nutricional. Desde a sua instituição, milhares de escolas, organizações de concelhos e testes sobre o problema da fome e da alimentação, universidades e colégios reuniram-se em seminários, camponeses e trabalhadores agrícolas discutiram as suas necessidades e perspectivas futuras e numerosas personalidades políticas

tiveram a ocasião de sublinhar que a interdependência e o desenvolvimento nacionais são fundamentalmente tributários da alimentação e da agricultura.

Entretanto, o Director-Geral da FAO, Edouard Saouma, falando do impacto que as comemorações do Dia Mundial da Alimentação poderá proporcionar no seio da opinião pública mundial, afirmou que «não se pode esperar que a Jornada Mundial da Alimentação venha a agir, nestes primeiros anos ou nos próximos anos, a perfeita indiferença do homem da cidade sobre as origens da sua alimentação, em relação aos trabalhadores do campo e do mar».

Buscar soluções de acordo

«Se bem que não tivéssemos chegado ainda a uma situação de desespero devemos, porém, esclarecer que a situação económica que estamos a viver é extremamente difícil e delicada. Por outro lado, a posição de um revolucionário é a de jamais desesperrar, é a de buscar soluções e de saber encontrá-las, tendo em conta que qualquer solução deve estar conforme com os princípios do Partido, com a dignidade do nosso povo e deve contribuir para preservar, seja de que forma for, mesmo impondo-nos sacrifícios, a soberania e a independência nacionais», afirmou o camarada General de Divisão João Bernardo Vieira, no seu relatório apresentado na reunião do Comité Central que decorreu, em Bissau, de 28 de Setembro a 1 de Outubro.

Caros camaradas,

Reunimos o nosso Comité Central num momento em que vivemos no nosso país um certo número de dificuldades de ordem económica e financeira, em que se verifica a ascensão de forças progressistas e revolucionárias, em que a luta dos povos pela sua total libertação de um jugo ou dominação estrangeira se intensifica e conhece novos êxitos, em que as ditaduras fascistas tentam abafar com a repressão mais bárbara e feroz às justas aspirações das massas populares, em que, enfim, se acumulam as ameaças à paz e à segurança dos povos e em que uma desenfreada corrida aos armamentos

deia e influenciam-se mutuamente. Hoje, sabemos que a evolução da sociedade humana segue ao longo do seu percurso uma trajectória que está sujeita a leis e que não é o fruto do acaso. É fundamental possuímos o conhecimento dessas leis para melhor agirmos no quadro do processo de desenvolvimento da nossa própria sociedade.

Em qualquer sociedade há que considerar uma estrutura de base — a chamada infra-estrutura — e as estruturas que dela derivam, se ligam a ela estreitamente ou dela resultam e que constituem a super-estrutura. O conómia constitui o fundamento da sociedade, é a sua infra-estrutura. E a economia quer dizer primeiro que tudo «modo de produção» e «relações de produção».

As diferentes formas de propriedade estão estreitamente ligadas com o progresso das forças produtivas e mudam com estas.

A economia e a política estão intimamente relacionadas. Para bem se dirigir a economia é necessário dispor do poder político, porque dele derivam ou saem as directivas, emanam as Palavras de Ordem, é dele que dependem as grandes opções e as decisões a tomar. E é desse poder político que depende em última instância, o controle da execução. Mas, tanto este controle como as decisões, e mesmo o próprio poder político, é posto em causa, ou pode vir a sê-lo seriamente, se os mecanismos económicos que assentam numa determinada estru-

ção sério de alguns de nós e também do nosso Povo. Não deixaremos de reconhecer que estamos num momento decisivo da nossa luta pelo bem-estar do nosso Povo, pelo progresso do nosso País pelo futuro dos nossos filhos.

E como já nos aconselhava Amílcar Cabral «devemos ter consciência da situação da luta a cada momento», «esperar o melhor mas prepararmo-nos para o pior». E por isso nada temos que esconder ao nosso povo, que, de resto, conhece por experiência própria as dificuldades em que vivemos.

Mas perguntámo-nos:

Acaso não tem o Partido uma orientação? Acaso não sabemos que caminho seguir, de acordo com as nossas possibilidades e meios e em conformidade com os nossos objectivos, que são nobres e servem a construção de um futuro melhor e a felicidade do nosso Povo?

Em 1977, realizou o PAIGC o seu III Congresso. E este Congresso, o primeiro a ser realizado depois da conquista da Independência total, tomou todo um conjunto de decisões fundamentais não só quanto à actividade estatal futura e às relações Partido-Estado. Ele definiu objectivos e preconizou determinadas formas de solução para problemas de grande importância para a nossa vida e a nossa luta. As orientações e directivas emanadas do III Congresso conservam hoje toda a sua actualidade. Foi por isso que o nosso 1.º Congresso Extraordinário as retomou. Quer dizer, camaradas que possuímos na nossa mão um instrumento precioso para utilizarmos ao serviço do nosso povo para a construção do futuro desta terra. Já posteriormente à realização do nosso 1.º Congresso Extraordinário, conseguimos, a nível do Estado, elaborar um programa de Governo, em conformidade com as decisões saídas dos dois congressos, exprimindo a orientação dos mesmos e traduzindo justamente as nossas preocupações e opções fundamentais.

Mas sendo assim, porque será que tantas coisas não marcham como deve ser na nossa terra, na administração pública, nas empresas do Estado, num certo número de serviços e mesmo nalgumas instâncias do Partido?

É evidente que a falha está nos homens, porque são eles que devem ser o primeiro elemento transformador da nossa realidade, são eles que pelo seu pensamento e a sua acção, devem ser os elementos dinamizadores da nossa vida e da nossa luta actual.

Mas, para desempenharem cabalmente o papel que lhes cabe como simples cidadãos, como trabalhadores, como patriotas, como militantes, os homens da nossa terra têm que ter consciência de duas coisas fundamentais:

1.º) É O TRABALHO QUE CRIA A RIQUEZA E GERA O PROGRESSO

A riqueza do país depende do esforço colectivo da conjugação de todos os esforços, mas também do esforço individual. Quanto melhor trabalhar cada um de nós tanto melhor será o trabalho de conjunto. Mas, o trabalho de uma só pessoa por muito bem que seja, não pode resolver os problemas da nossa terra. E a realidade é que o mau trabalho de alguns, o desleixo, a incuria, a indisciplina, o imobilismo podem deitar tudo a perder, são cancro que proliferam na nossa sociedade e que não nos deixam avançar, mas até nos fazem andar para trás, contrariamente aos nossos desejos e interesses e aos nossos objectivos.

Em muitos serviços públicos existem esses cancros. Trata-se, naturalmente, de gente ou que nossa inimiga conscientemente ou que o é potencialmente ou por inconsciência. Temos de ser capazes de a detectar e de agir com firmeza e determinação a seu respeito, reeducando-a.

Há pessoas na nossa terra, a vários níveis de responsabilidade, que pensam que prejudicando outros, barrando-lhes os acessos, criando dificuldades à solução de problemas que eles devem e podem realmente ajudar a resolver, adquirem mais peso e mais importância. Claro que não é assim. Na verdade esquecem-se que, no fundo, estão a agir contra os seus próprios interesses e, naturalmente, contra os interesses do povo, do Estado e da Nação. Tais indivíduos devem ser denunciados pelo nosso



afecta, independentemente da sua vontade, povos e nações, tanto política como economicamente.

1. BALANÇO CRÍTICO DA SITUAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA DO PAÍS

Para bem compreendermos a situação político-económico-social do nosso país temos de conhecer as características da nossa sociedade, a estrutura dos diferentes grupos que a compõem, das diversas camadas, os seus interesses de classe, o seu comportamento colectivo no passado, e através do processo da Luta de Libertação Nacional, e no presente os seus hábitos e costumes, as suas tradições e a sua cultura.

Para uma análise correcta da nossa situação torna-se indispensável conhecer a natureza e o carácter da nossa economia, aprofundar a razão de ser da sua diversidade estrutural no conjunto do nosso território, estudar a sua evolução no tempo histórico, ter em conta e conhecer na justa medida a sua inserção no contexto geopolítico, primeiro regional, depois continental e por fim, internacional e mundial.

Na vida e na história das sociedades humanas é cientificamente válido o princípio dialéctico da acção recíproca. De facto, as sociedades humanas estão ligadas entre si pelos elos de uma mesma ca-

tura não funcionam como deve ser e sofrem de doença crónica. Quer dizer que, e a história está cheia de exemplos disso, e em particular nos países atrasados e em que é fraco o nível de desenvolvimento das forças produtivas, como no nosso caso, a deterioração contínua da situação económica pode levar à perda sistemática de autoridade, à degrada-

ACUMULAM-SE AS DIFICULDADES, APESAR DO ESFORÇO SÉRIO DE ALGUNS DE NÓS E TAMBÉM DO NOSSO POVO. NÃO DEIXAREMOS DE RECONHECER QUE ESTAMOS NUM MOMENTO DECISIVO DA NOSSA LUTA PELO BEM-ESTAR DO NOSSO POVO, PELO PROGRESSO DO NOSSO PAÍS E PELO FUTURO DOS NOSSOS FILHOS.

ção e à perda do poder político. Camaradas, devemos reter as lições da história e não só analisá-las mas também meditar profundamente sobre elas, para tomarmos as decisões que se impõem no momento oportuno.

Na hora presente, há fortes razões para estarmos altamente preocupados com a situação económica do nosso país.

Acumulam-se as dificuldades, apesar do es-

STAKA

Nô Pintcha

Suplemento Desportivo

Ano-1 n.º 2

8-Outubro-1983

Campeonato de defeso

Vantagens e desvantagens

—Onde
se fala
de Rola, Didi
Nhartanga
e outros

Nas páginas centrais do Suplemento de hoje, abordamos um tema de capital importância para o desenvolvimento do nosso Futebol que, por razões de vária ordem, carece de um estudo aprofundado sobre a questão pelas entidades de direito. Referimo-nos aos chamados Campeonatos de Defeso, que, todos os anos, após o encerramento oficial da época desportiva, mantêm em actividade centenas de atletas que participaram em todas as

provas oficiais do calendário futebolístico nacional.

Este tema foi escolhido dada a repercussão que tem sobre as suas vantagens e desvantagens no actual processo e conjuntura nacional, cabendo às autoridades desportivas do país pronunciar-se sobre quem poderá tomar parte neles e definir os objectivos da sua realização, dentro do plano de desenvolvimento desportivo traçado para o nosso futebol.



Na foto, a imagem documenta Lamine Dabó, ex-treinador de Gabú, numa sessão de aulas práticas de treinadores de futebol, no Instituto de Educação Física de Leipzig (RDA)

Futebol em análise

Durante três dias, reuniram-se em Bissau, no salão nobre da UDIB, dirigentes da Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, da Federação de Futebol da Guiné-Bissau e dos dezasseis clubes que militam no campeonato de futebol.

A ordem do dia resumia-se inicialmente a dois temas: apresentação de relatórios sobre actividades da FFGB e clubes na época transacta e perspectivas relativas à temporada que se avizinha, o que fazia supor que um dia bastaria para se cumprir na íntegra o programa. Assim não aconteceu, porque a doença crónica de que padece o futebol (modalidade que esteve na origem desta reunião) exigia radiografia completa, para perspectivar a época 83/84. Não se pode dizer que essas exigências foram satisfeitas na íntegra... Contudo, há motivos para se pensar num futuro melhor. Para já, o medo de usar da palavra foi banido logo no momento de abertura, pelo Secretário de Estado do pelouro desportivo, camarada Braima Bangurá, que incitou o diálogo. Assim, discutiu-se a questão concernente ao êxodo de futebolistas, tendo-se decidido tornar obrigatória a contribuição dos jogadores seleccionáveis por um período de cinco anos; a Taça Amílcar Cabral, contratação de um técnico português, o problema das receitas, caso Canchungo-Benfica, da redução das equipas no nacional de futebol, da eleição da nova direcção, entre outros. Contamos voltar ao assunto, com mais pormenores.

Operação "descoberta"

Simpósios, colóquios, Conferência de Minis- excursões e naturalmen- tros da Juventude e Des- te o desporto, foram as- porto zonal, no intuito- actividades predomina- dos jovens, que agrupam- tes dos jovens de seis a zona, conhecerem a- países da zona-2 (com vida dos países mem- ausência de Cabo Verde bros. e Serra Leoa) que «as- Segundo Armando Da- saltaram», durante 10- dias, a Gâmbia, no qua- bó, chefe da delegação- dro da terceira edição da guineense, foi criada du- «Operação Descoberta»- rante este encontro a- da zona-2 — programa União Zonal do Movi- preconizado pela IX- mento da Juventude.

Campeonato de defeso

Vantagens e desvantagens

Sempre foi, é e sempre será nosso propósito levantar questões em torno de tudo quanto possa contribuir para a melhoria e desenvolvimento do nosso Desporto, através de temas que, pela sua importância ou actualidade, possam ser considerados de interesse geral. Assim, na análise de temas de capital importância para o nosso Desporto, não desprezaremos também quaisquer sugestões apontadas pelos nossos leitores, no intuito de fazer com que o nosso Suplemento Desportivo seja de todos os desportistas. Dentro dessa perspectiva, começamos hoje por abordar, de forma simples mas frontal, as vantagens e desvantagens dos Campeonatos de Defeso de Futebol, disputados não só no Sector Autónomo de Bissau como em vários outros pontos do País.

BREVE DEFINIÇÃO DE DEFESO

Convencionou-se chamar defeso, a uma determinada época do ano ou espaço de tempo que se destina a tréguas ou cessação de quaisquer actividades num determinado sector da vida de um País. Por exemplo: há uma determinada época do ano no nosso país que a Lei determina que não se deve caçar animais bravios. A essa

mente o defeso no Futebol? O defeso no Futebol é essencialmente para os atletas, que tenham tido uma época desgastante, recobrem as forças e energias dispendidas durante longos meses de competição. Também o defeso permite aos atletas recuperarem as lesões adquiridas na época finda e acumularem reservas energéticas para a época que se segue.

gnifica descanso, poupança, esses descanso e poupança são para aqueles que estão cansados de uma época sobrecarregadíssima. Por esta razão, os campeonatos de defeso deviam ser disputados apenas por jovens que não militam em quaisquer clubes federados ou por ex-atletas que já não têm compromissos desportivos e tenham deixado, por conseguinte, de praticar a modalidade oficialmente.

As vantagens do defeso são para o lançamento de jovens nos clubes oficialmente federados, servindo esses campeonatos de fonte de recrutamento de novos valores para o nosso Futebol. Só assim poderemos compreender o real valor desses campeonatos pois, de contrário, eles servirão mais para encurtar a vida de um jovem como futebolista uma vez que, com o excesso de desgaste, cedo fica arruma-

«ONZE EM CASA», «ACADÊMICA» e outros, lançaram dezenas de jovens no Sporting, Benfica e União que, mais tarde, viriam a ser dos maiores jogadores que a Guiné conheceu. Rafael, Marciano, Zé Rola, Paulo Didi, Cesário Rodrigues, Aras Santy, Nhartanga, Sadá, Bobó Quetá, Adão, Quintino, Lino Correia, Orlando Narciza, Carlos Correia, Maurício e tantos outros, vieram do grande viveiro de jogadores que era o campeonato de defeso na altura. Eram autênticos torneios de captação de jovens e futuros craques.

REVERSO DA MEDALHA

A partir dos anos 61-62, a ex-Associação de Futebol lançou, o primeiro campeonato de juniores, oficialmente. Deste modo, os clubes passaram a ter, dentro das suas próprias célu-

atletas aos campeonatos de defeso, ante a passividade dos dirigentes e responsáveis de clubes federados, que não souberam ou puderam cortar o mal pela raiz pois, não viram na altura as consequências nefastas que trazem a participação dos seus jogadores nesses campeonatos. Com a formação da Liga dos Clubes, será que os dirigentes desportivos discutirão e conseguirão impedir que os atletas que representam os seus clubes participem em torneios ao longo do defeso?

DESvantagens DO CAMPEONATO DE DEFESO

Já dissemos atrás que, se por um lado, o campeonato de defeso contribui para a captação e lançamento de novos valores por outro, também o dissemos que, ele tem sido prejudicial para a maioria dos nossos jovens que militam nos vários clubes federados.

Os nossos atletas federados jogam ininterruptamente todo o ano. Saem das provas oficiais, entram para as provas de defeso para, de seguida, entrarem de novo nas provas oficiais. Como o homem não é nenhuma máquina, os nossos atletas, devida à sua participação em torneios fora de época, chegam a meio do campeonato oficial totalmente esgotados, ressentindo-se do não aproveitamento do período de pausa, de repouso, de cessação de actividades. Casos flagrantes vimos a época passada nalguns jogadores, principalmente Vieira do Benfica, Fanfali da U.D. I.B. e Arnaldo do Sporting, cujas actuações não só nos seus clubes como na própria selecção nacional estiveram muito àquém das suas reais potencialidades.

Portanto, há toda a necessidade de se pôr cobro a esta situação pois, não compete apenas aos clubes interessados irem em defesa da integridade física dos nossos jovens. Também as estruturas máximas do Futebol Nacional devem dar outra orientação a essas participações dos nossos atletas. Por último, são os próprios atletas que devem mais velar e zelar pelos seus interesses uma vez que, depois de rebentados, nem os clubes federados e muito menos os do Defeso querem saber deles para nada.



época de proibição de caça convencionou-se chamar «defeso».

O que é que vai permitir o defeso no sector da caça? Vai permitir precisamente a preservação das várias espécies de animais que, nessa época, vão proporcionar novas crias à natureza e a poupança da fauna animal. No Futebol, também se chamou defeso ao período que medeia as actividades de uma época e as da época seguinte. O que é que permitirá primordial-

PAPEL A DESEMPENHAR E SUAS VANTAGENS

Os campeonatos de defeso no nosso país, nos últimos anos, não têm desempenhado o papel que lhes cabe no desenvolvimento do nosso Futebol. Se, por um lado, têm proporcionado a alguns jovens a sua promoção à escala superior, por outro, têm contribuído negativamente para o desgaste físico da maioria de atletas inscritos nos nossos principais clubes. Ora, se defeso si-

do para a prática do desporto.

Data da época da administração colonial na nossa terra, a disputa de Campeonatos de Defeso. A princípio, esses campeonatos destinavam-se a pôr em acção jovens que alimentavam esperanças de poderem um dia inscrever-se nos clubes filiados na antiga Associação de Futebol e demonstrarem as suas habilidades. Assim, grupos como os «ONZE AFRICANOS», «TRAVADORES», «MARBUBU», «ONZE AMIGOS»,

las, a tal fonte de captação de jovens futebolistas sem terem de recorrer aos campeonatos de defeso. A partir daí, assistimos a um certo declínio desses campeonatos na época das chuvas pois, os jovens já pensavam mais nos campeonatos a sério, do que nas competições de simples diversão nos fins de semana de chuva. Passados alguns anos, começou então a dar-se o inverso.

Em vez de o campeonato de defeso fornecer jovens aos clubes, estes é que passaram a fornecer

Entrevista

com

Miguel Cabral

professor

da Escola

de Educação

Física

É pr

Inquérito. U ou não de um d Registrar opi rigentes de club gente ligada ao etc, sugestões v de estruturas.

O convidado (melha) para o a Desporto, é che professor de me Simples e d ra um diálogo q porto que temo O jornalista

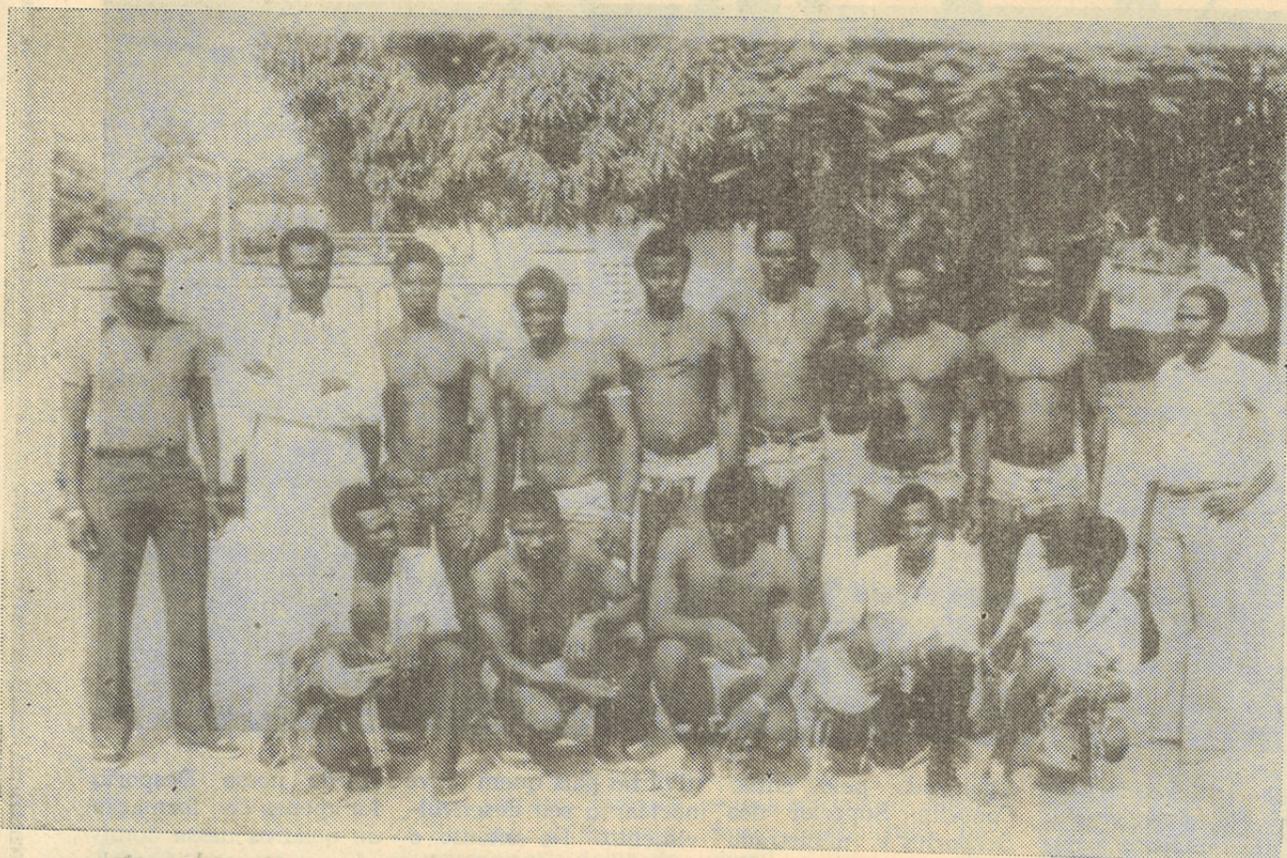
— Que importânci tem o desporto em termos sócio-económicos

Miguel: Olhe, na antiga Grécia, os Jogos Helénicos paravam a guerra durante várias horas. Os homens depunham as armas durante largos minutos graças a uma competição desportiva. Outro exemplo: os Camarões até há pouco tempo eram conhecidos diga-se de passagem por meia dúzia de pessoas, saiu do anonimato depois das façanhas da sua equipa principal de futebol no último mundial da modalidade, portanto, graças ao desporto. Aliás, veio-me à memória uma bela frase do líder da revolução cubana, Fidel Castro, que diz textualmente o seguinte: Como fazer avançar um país se os seus homens não possuírem uma fortaleza física?

Uma pergunta rasteira é-lhe colocada logo seguir:

— Se o desporto é assim tão importante, por que razão o nosso continua débil?

Miguel: O desenvolvimento desportivo depende fundamentalmente da situação sócio-económica de um país. Quanto mais desenvolvido for, maior rendimento se obtém no campo desportivo. Nestá óptica, não estaria longa da verdade se dissesse que o desporto é o espelho fiel de um país em termos económicos.



preciso definir o desporto que queremos

a forma de saber, segundo as palavras do primeiro convidado de STAKA, a aceitação do acontecimento pela massa popular, — é uma iniciativa que propomos levar a cabo. Os quadros técnicos da Cultura Física e da Educação Física e Desportos, dos diversos departamentos de massas e de grupos desportivos da massa trabalhadora e do desporto de uma maneira geral. Tudo isso para evitar esbanjar nos cafés, «clandós», e sobre a política desportiva que melhor serve ao país nesta fase de implantação

hoje dá-se pelo nome de Miguel Lopes Cabral, «La Amenaza Roja» (a ameaça vermelho cubano. Tem 27 anos, licenciou-se há dois anos em Cuba na Cultura Física e do Departamento de Estudos da Escola Nacional da Educação Física e Desporto e de psicologia do futebol, onde se especializou.

Com uma cordialidade exemplar, Miguel aceitou o nosso convite, na sua residência, perdurando mais de três horas, no qual fez, sem lançar foguetes, uma radiografia ao des-

endo o papel de advogado do diabo, atira com a primeira pergunta:

— Podemos concluir neste caso que não temos qualquer hipótese de sair a curto prazo da actual situação?

Miguel: Antes pelo contrário. Existem soluções ainda que insuficientes. Temos é que saber aproveitá-las.

— Quais e como?

Miguel: Implementaríamos as modalidades mais baratas: atletismo, luta tradicional, futebol, basquete, andebol, futebol de cinco, ténis de mesa, damas, judo, voleibol, natação e boxe, depois de, sentados todos à mesa (quadros técnicos da educação física, responsáveis dos organismos supervisores do desporto nacional, treinadores, massagistas, delegados, amantes do desporto de uma maneira geral) traçando as linhas mestras do desporto que queremos. Uma II Conferência permitiria realizar um trabalho nesse sentido.

— Se lhe chamassem para integrar a Secretaria de Estado da Juventude e Desportos (S.E. J.D.) ou a Federação de Futebol da Guiné-Bissau (FFGB) por onde é que começaria?

Miguel: Devo começar por responder-lhe esta pergunta dizendo o seguinte: fui honrado com um convite nesse sentido. A SEJD pediu a minha transferência da ENEFD para aquele organismo. O pedido foi deferido pelo ministro da Educação Nacio-

nal. Contudo, já vai fazer um ano que isso aconteceu...

Quanto aos pontos a atacar numa primeira fase tudo dependeria do apoio e da luz verde que me concedesse a SEJD ou da FFGB.

O jornalista, insiste: — Admitimos que todas essas condições lhe são dadas, como procederia?

Miguel: Exigiria, primeiro, uma linha definida sobre o desporto que se pretende, só depois avançaria com a formação de um gabinete técnico integrando somente quadros técnicos, quer dizer, gente que domina a área desportiva, o qual (gabinete) confiaria a tarefa de planificar, programar e executar ou velar pela execução... Procuraria trabalhar em estreita ligação com todos os organismos desportivos existentes no país nomeadamente, a ENEFD que tem a seu serviço gente que conhece minimamente, para não dizer muito bem, a problemática desportiva, com o propósito de os levar a colaborar em cem por cento. Daria prioridades às modalidades menos carentes e mais acessíveis ao povo. Dedicaria uma atenção especial ao desporto juvenil, tendo em conta que para se ser bom praticante, para se tirar bons rendimentos num atleta, preciso trabalhá-lo por etapas, quer dizer, sub-

metê-lo a uma preparação nos diferentes escalões etários. Aliás, o treino desportivo é um processo e cada escalão tem o seu próprio objectivo. A existência de competições num só escalão é muito prejudicial e anti-pedagógico. Em suma, tentaria aproveitar no máximo e de melhor maneira todos os quadros técnicos, professores da educação física e alguns dos amantes do desporto bem informados e movidos de uma vontade férrea de trabalhar para o avanço da área em questão.

— E o número de clubes, reduzi-los-ia ou não?

Miguel: Há vantagens e desvantagens nessa matéria. Dezasseis colectividades significam à priori, a existência de muitos praticantes e de uma aproximação de jovens mais alargada. E isso é um dos objectivos perseguidos.

As desvantagens resultam do esforço a dispendir durante a maratona. Sabe-se que o período preparatório deve ser maior que o competitivo, facto que não se verifica numa prova de longa duração, resultando daí a baixa de forma do atleta e a saturação do seu sistema nervoso central devido às duras cargas de esforço a que é submetido.

— É frequente ouvir dizer que a FFGB não funciona bem. Concor-

da?

Miguel: A crítica tem, até certo ponto, fundamento. Por exemplo, não compreendo quando se diz, depois de uma competição internacional, que «não tivemos uma preparação convincente». Como é possível uma coisa dessas? Será que os órgãos superiores do desporto nacional não são notificados a tempo e horas sobre as datas da realização das provas? Preparar-se em apenas 10/15 dias não é aconselhável, porque tenta-se aproveitar no máximo o tempo e o que é que acontece: aplica-se uma carga de treinos não doseados aos atletas que depois acusam no decorrer das competições.

— Outras falhas inadmissíveis...

Miguel: Talvez não fique correcto chamar-lhes de falhas inadmissíveis, apesar do termo correcto não andar muito longe disso. Ei-las: a falta de criação de federações para as modalidades baratas, constitui um erro crasso. O atletismo, por exemplo, pode ser praticado em todos os cantos do país, idem a luta tradicional, damas e futebol... Infelizmente, só se mexe mais, só há movimentação nesse sentido quando há uma saída para o estrangeiro.

Por isso é que eu digo que concentrar, primeiro, os esforços na criação de federações ou associações para essas modalidades, é o que me parece mais aconselhável. É que para além das vantagens a nível nacional (o aumento do número de praticantes) há outra a nível internacional através da filiação nas federações congéneres das quais poderíamos obter ajudas.

LEIS DO JOGO

LEI - IV

O EQUIPAMENTO DOS JOGADORES

1. Nenhum jogador pode usar qualquer objecto que possa constituir perigo para os outros jogadores.

2. O calçado (botas ou sapatos) deve satisfazer as seguintes condições:

a) As travessas serão de cabedal ou de borracha, transversais e planas; terão pelo menos 12,7mm de largura e acompanharão toda a largura da sola, sendo arredondadas nas extremidades.

b) Os pitões, montados independentemente sobre a sola e podendo ser substituídos, serão de cabedal, borracha, alumínio, plástico ou metal similar. Serão sólidos e, com excepção da parte que forma a base do pitão, a qual não deve exceder a sola de 6,4mm, os pitões serão redondos e planos e não devem ter menos de 12,7mm de diâmetro.

Quando os pitões sejam pontiagudos, o diâmetro mínimo de qualquer secção dos mesmos não deve ser inferior a 12,7mm.

Quando forem utilizados pitões tipo roscado, as bases metálicas devem ser embebidas na sola do calçado, devendo os restantes espigões formar um todo com os pitões.

A excepção destas bases, não é permitido o uso de chapas metálicas, ainda que revestidas a couro ou borracha, nem pitões aparafusados com porca fixada por pregas ou por qualquer outra forma, as solas do sapato nem pitões que, à excepção da base, tenham qualquer forma saliente com bordas, guarnições ou ornamentados.

c) Os pitões moldados formando parte integrante com a sola e não podendo ser substituídos, serão em borracha, plástico, «polyurethane» ou matérias flexíveis da mesma natureza. Haverá pelo menos 10 pitões por sola e o seu diâmetro mínimo deverá ser de 10mm.

Serão permitidos o uso de material de suporte adicional destinado a firmar os pitões de matérias flexíveis bem como os de travessa que não sobressaiam da sola mais de 5mm e que es-

tenham moldadas, para a reforçar, desde que não constituam qualquer perigo para os outros jogadores.

d) Podendo ser usados conjuntamente travessas e pitões, desde que o conjunto satisfaça as exigências gerais da Lei. Nem as travessas nem os pitões aplicados à sola e aos tacões deverão ter mais de 19mm de espessura. Se forem utilizados pregos, devem ser batidos de forma a não sobressaiem da superfície do material empregado.

3. O guarda-redes usará cores que o distingam dos outros jogadores e do próprio árbitro.

CASTIGOS

Por qualquer infracção a esta Lei, o jogador em falta será mandado sair do campo para regularizar o seu equipamento e não lhe será permitido voltar ao terreno sem previamente se apresentar ao árbitro, o qual deverá assegurar-se, por si próprio, de que o equipamento do jogador está em ordem. O jogador só poderá entrar em campo num momento em que a bola deixe de estar em jogo.

DECISÕES DA INTERNACIONAL F.A. BOARD

1. O equipamento usual de um jogador deve ser de camisola ou camisa, calção curto, meias e calçado.

Num encontro jogado segundo o regulamento de uma competição, os jogadores não são obrigados a usar botas ou calções do mesmo género e meias.

2. A Lei não obriga usar botas ou sapatos. Todavia, no caso de competição, os árbitros não devem autorizar um ou alguns jogadores a jogarem sem calçado, se todos os restantes o utilizam.

3. Se, ao inspecionar os equipamentos dos jogadores, o árbitro verificar que um jogador usa artigos não permitidos pela Lei e perigosos para os outros jogadores, ordenar-lhe-á que os retire. Se o jogador não cumprir as instruções do árbitro, será impedido de tomar parte no jogo.

Escola de jogadores -Que Futuro?

Ponto fulcral para o desenvolvimento do futebol em qualquer país do mundo, quer naqueles que se cota com os maiores potenciais futebolísticas, quer nos de fracos recursos materiais e de meios, a Escola de Jogadores no nosso país é de primordial importância para o avanço do nosso Futebol.

A Escola de Jogadores do Sector Autónomo de Bissau foi fundada a 8 de Abril de 1979, através de uma decisão do ex-Conselho Superior dos Desportos, em colaboração com a Federação de Futebol da Guiné-Bissau. A prática de um futebol planificado e enquadrado, pelos nossos jovens, começa demasiado tarde. Os jovens aparecem por volta dos 15/16 anos nos clubes e aqueles com menos de 15 não têm acesso aos mesmos.

Tanto uns como outros, não têm tido oportunidade de competir pois, não existe Campeonatos de iniciados, juvenis e júniores o que obriga a que muitos se perdem pelo caminho, sem haverem aquilatado as suas potencialidades como futebolistas.

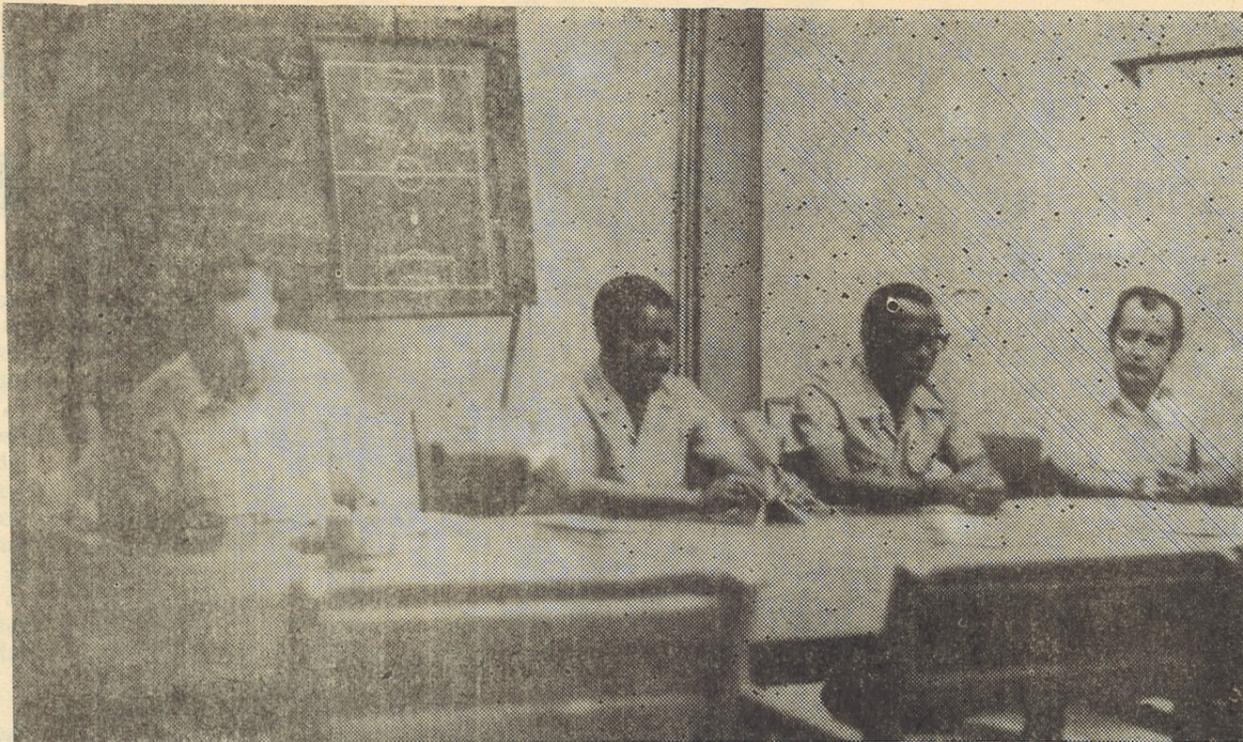
Staka propôs-se hoje ouvir o responsável pela única Escola de Jogadores existente no país, o camarada Salimo Queita. Antes, porém, impõe-se saber quem é Salimo Queita. É o próprio

quem toma palavra para nos dizer que nasceu em Cacine há 30 anos para, aos 7, abandonar o país na companhia de um tio indo viver para o Senegal.

«Aos 11 anos, fui estudar para a República da Guiné-Konakry. Neste país, joguei futebol, tendo representado a equipa do 5.º Arrondissement de 1968 a 1972, ano em que arruimei definitivamente as chuteiras. Regressei ao país em 1974, após a independência, depois de ter passado catorze anos no estrangeiro».

COMO APARECEU SALIMO NO DESPORTO DO PAÍS?

«Em 1975, um ano depois do meu regresso, o meu tio levou-me ao ex-Sub-Comissariado da Juventude e Desporto a fim de solicitar um emprego para mim. Fui admitido, e fui colocado na Secretaria mas, sem desempenhar nenhum cargo. Era a mesma coisa que estar inactivo pois, não me foi distribuída nenhuma tarefa específica, nem recebia vencimento algum. Estive nessa situação até Fevereiro de 1978, data em que se deu a mudança do Sub-Comissariado para Conselho Superior dos Desportos. Este órgão viu-se na necessidade de mandar para o estrangeiro alguns camaradas formarem-se em



vários domínios do Desporto. Foi aí que se deu a minha integração nos quadros do Desporto do país, uma vez que, fui escolhido para ir frequentar um curso-estágio na RDA. A frequência e a conseqüente aprovação nesse curso-estágio dava equivalência a Mestre de Educação Física do 3.º Grau. Fiquei aprovado, tendo-me classificado em 3.º lugar, entre quarenta e sete candidatos, ficando atrás de Artur Jorge, que foi jogador do Benfica de Portugal e 1.º classificado e um treinador nigeriano que ficou em segundo lugar, outros do Mali, Tunísia, Congo Brazaville e vários países europeus.

Comecei a trabalhar na Escola de Jogadores, mais exactamente, a 2 de Abril de 1979, quando se deu início ao Curso de Monitores de Futebol,

organizado pelo então Conselho Superior dos Desportos e ministrado por dois técnicos alemães. Nesse curso, desempenhei as funções de intérprete e aproveitava as aulas para aumentar os meus conhecimentos como se fosse um candidato ao curso. Simultaneamente com o decorrer do curso de monitores, comecei a funcionar a Escola de Jogadores sob supervisão do técnico alemão Michalek, co-adjuvado por mim e o camarada João Ribeiro.

DE QUEM DEPENDE A ESCOLA? DA SECRETARIA DE ESTADO OU DA FEDERAÇÃO DE FUTEBOL?

A Escola devia depender exclusivamente da Secretaria de Estado porque é esta entidade, como primeira responsável pela política despor-

tiva no país quem deve nortear o seu desenvolvimento. No entanto, o nosso entrevistado diz que nada está definido pois, quando pede orientações à Secretaria de Estado, esta empurra a responsabilidade para a Federação e vice-versa. Ele aponta como necessidade urgente a definição de quem deve depender a Escola isto é, se fica sob orientação da Secretaria da Juventude ou da Federação de Futebol.

A Escola deve alargar o número de monitores e técnicos especializados em matéria de lidar com iniciados, permitindo um maior enquadramento de jovens. A este respeito, Salimo confidenciou-nos o seguinte: já houve dois cursos de monitores em que se formou cerca de três dezenas desses técnicos. Mas, a política até aqui seguida pela instância máxi-

ma do nosso Desporto foi apenas de formação de quadros nesse domínio, descurando totalmente o aspecto do seu enquadramento. Quase todos eles têm as suas ocupações, ocupações que lhes garante alguma tranquilidade na sua vida. Enquanto não se criarem remunerações para monitores de futebol, jamais se poderá ter um quadro técnico em tempo inteiro ao serviço do futebol, o que permitiria uma maior mobilização de jovens. Nos tempos mais próximos, essas probabilidades são diminutas.

A terminar, Salimo quiz apelar aos clubes filiados na Federação que façam algo pela Escola de Jogadores pois, ao fim e ao cabo, são eles os primeiros beneficiários do produto da Escola.

Lobo de Pina fala da conservação do património

Uma das maiores falhas verificadas, é a manutenção e conservação de tudo quanto seja considerado Património do Estado. Assiste-se em certos sectores, desinteresse e negligência por tudo quanto seja pertença do Estado, não obstante a maioria estar consciente das carências que vivemos.

É dentro deste princípio que STAKA traz hoje a público, uma pertinente questão necessária entrevista com o camarada José Gabriel Lobo de Pina, Chefe de Repartição e responsável da Direcção Técnica da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto e ainda Secretário-Geral da Federação de Futebol, que nos confidenciou o seguinte:

STAKA: — As instalações do Estádio Lino Correia encontram-se em estado de completo abandono e deterioramento, principalmente os baixios da Bancada-B, o antigo ringue de patinagem e o piso contíguo a este, que servia de campo de treinos do basquetebol. Poderá dizer-nos algo sobre este assunto e se existe algum projecto de melhoramento dessas instalações?

LOBO DE PINA: — A primeira vista, parece que sim mas, na realidade, não se encontra em estado de completo abandono. As obras de reparação foram adjudicadas pela Construtora Africana e o orçamento apresentado e aprovado pelo Ministério das Obras Públicas monta em 7 314 200,00 PG. A Secretaria de Estado, dentro das suas disponibilidades orçamentais, já adiantou à Empresa construtora parte desse montante, destinada às obras da bancada-B, reparação da tribuna e portões de entrada. Só que, neste momento, as obras estão paralizadas devido à falta de materiais de construção.

S. — Na época finda constatou-se, nos jogos que se realizaram à noite, que a luz projectada pe-

las torres de iluminação não era suficiente para a prática do futebol. Será que na próxima época, que já está prestes a iniciar, continuaremos na mesma ou teremos iluminação a 100%?

L.P. — Como é sabido por todos, o país atravessa grandes dificuldades em termos de divisas. As lâmpadas são importadas e, como tal, existe prioridade na importação e que não depende de nós. Como é do conhecimento geral, tem havido grandes dificuldades quando a Secretaria de Estado ou a Federação necessitam de transferir dinheiro para aquisição, no exterior, de qualquer material desportivo. Assim, caso o BNG nos conceder transferência da quantia necessária, não haverá problemas na substituição das lâmpadas avariadas.

S. — Como é que se tem processado a manutenção e conservação dos materiais e equipamentos da selecção nacional que, todos os anos, desaparecem calções, camisolas, botas e bolas, obrigando a que os trabalhos da selecção sejam feitos durante algum tempo com o material dos clubes?

L.P. — Para a manutenção e conservação de equipamentos e materiais da selecção, existem trabalhadores no Estádio Lino Correia que são responsáveis pelos mesmos. Acontece que tem desaparecido muito material devido à falta de consciência nacional de alguns desses trabalhadores e dos próprios atletas, pois tem-se verificado que estes, ao terminarem os trabalhos da selecção, levam consigo algum material não só como recordação, como também, na maior parte das vezes, para oferecer aos amigos. Para pôr cobro a esta situação, já no último Torneio Amílcar Cabral designou-se um responsável que se ocupa apenas e exclusivamente da conservação e manutenção do material existente.

S. — Fala-se de boca cheia que as receitas dos jogos no Lino Correia estão longe de corresponder às enchentes que tem havido, principalmente nos jogos mais importantes e, particularmente, naqueles que põem frente a frente os chamados grandes do nosso futebol. Terão fundamento essas bocas ou será que os borlistas pesam grandemente no fraco rendimento das bilheteiras?

L.P. — Quanto a receitas não correspondem às enchentes que se têm verificado, vários factores têm contribuído para isso. São os borlistas, os bilhetes falsos e um grande número de desportistas que fazem a sua entrada no campo exibindo cartões de livre trânsito de ex-membros de clubes, de ex-atletas, de identificação profissional e até os passados nas escolas, agravados por porteiros corruptos que por cinco ou dez pêsos, deixam passar automobilistas, motociclistas e até indivíduos com possibilidades de adquirirem os seus bilhetes sem passarem por tamanha baixiceza. A Federação, para evitar especulações dessa natureza, autoriza os clubes a venderem bilhetes e fazerem a fiscalização, limitando-se, apenas a fornecer bilhetes aos clubes.

S. — Para terminar, gostaríamos que nos dissesse o que acha de uma Federação de Futebol autónoma, com quadros em tempo inteiro, de modo a haver maior responsabilização sobre os bens e materiais do Desporto, considerados Património do Estado?

L.P. — Quanto a esta pergunta, existe todo um trabalho para que tal venha a ser realidade. Estamos em fase de elaboração de Regulamentos e Estatutos e ainda no estudo de um Orçamento de Funcionamento da mesma. Só depois disso, poderemos entrar em discussões para a sua efectivação.

com os princípios do Partido

povo e pelos autênticos patriotas, militantes e responsáveis do Partido, para que possamos agir convenientemente contra eles.

2.º) SEM ORGANIZAÇÃO, SEM DISCIPLINA, SEM UM COMBATE SISTEMÁTICO A NEGLIGÊNCIA, TANTO A NÍVEL COLECTIVO COMO INDIVIDUAL, NÃO É POSSÍVEL REALIZAR O PROGRESSO DESTA TERRA.

Com efeito, a experiência histórica de outros povos e nações demonstra que quanto maior for o grau de organização e mais efectiva a disciplina consciente dos trabalhadores engajados no processo de produção e nos serviços, tanto maior é o grau de eficiência, a capacidade de realização e tanto melhor são os resultados obtidos para o conjunto da sociedade e mais rápido pode ser o seu desenvolvimento económico e social.

ACASO NÃO TEM O PARTIDO UMA ORIENTAÇÃO? ACASO NÃO SABEMOS QUE CAMINHO SEGUIR, DE ACORDO COM AS NOSSAS POSSIBILIDADES E MEIOS E EM CONFORMIDADE COM OS NOSSOS OBJECTIVOS, QUE SÃO NOBRES E SÓ VISAM A CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO MELHOR E A FELICIDADE DO NOSSO POVO?

Ora, os nossos esforços podem ser inúteis ou quase, se a partir do aumento da produção, não houver uma organização capaz de a enquadrar, de a aproveitar devidamente, se essa produção não for canalizada de forma conveniente para os fins fixados pelo Estado e decididos pelo Partido.

De qualquer forma, tanto o trabalho, como a organização do mesmo, têm de ser convenientemente enquadrados nas nossas estruturas, quer a nível estatal, quer empresarial. Naturalmente que isto é também válido para o trabalho do Partido.

Será bom que, para estimular o sentido da responsabilidade nas pessoas, nos quadros e nos responsáveis e dirigentes, organizemos a emulação. Sabemos que ela já se pratica em vários lados na nossa terra e, em muitos casos, com resultados positivos. Mas há que intensificá-la, torná-la como um hábito normal na nossa vida quotidiana e aper-

nacional e que contribuem para o nosso desenvolvimento e melhor organização da nossa sociedade, tais como um Recenseamento Geral da População, a elaboração de orçamentos de funcionamento e de investimentos, Programas de Desenvolvimento Regional e Integrado, um Programa de Estabilização Económica e Financeira e, por fim, a concepção de um 1.º Plano Quadrienal de Desenvolvimento Nacional, também não é menos verdade que até hoje ainda não soubemos tirar destes poderosos instrumentos de política económica que forjámos todo o proveito necessário e indispensável para uma verdadeira recuperação económica e uma arrancada decisiva para novas situações em muitos sectores, e sobretudo nos sectores vitais da nossa economia.

É nossa opinião sincera e nossa firme convicção de que a situação de marasmo em que se encontra a nossa economia se deve, em muitos casos, ao facto de que embora concebendo correctamente as orientações ou vias a seguir e tendo mesmo plena consciência do que devemos fazer e das consequências futuras do que estamos a empreender, não somos, porém, capazes de levar a cabo as nossas decisões no momento oportuno, isto é, em tempo devido. E tal circunstância altera, e às vezes radicalmente, os dados do problema e cria-nos obstáculos, dificuldades e problemas. Depois, somos muitas vezes forçados a enfrentar situações imprevistas, somos obrigados a modificar os esquemas iniciais para nos adaptarmos às novas circunstâncias.

Camaradas, devemos ser capazes de conceber os prazos de realização de tarefas e iniciativas com realismo, isto é, à medida da nossa real capacidade e meios. Devemos, depois, fazer tudo o que esteja ao nosso alcance para cumprir o mais rigorosamente possível os prazos decididos. Como dizem os ingleses «tempo é dinheiro». Realizar as coisas fora de tempo, sobretudo quando se trata de problemas económicos, significa inúmeras vezes não as realizarmos ou, pelo menos, vir a realizá-las mal, de uma maneira coxa, com todo o cortejo de consequências inerentes ao facto.

No plano económico, devemos pôr na nossa cabeça, como sendo realizações decisivas e prioritárias e mais imediatas:

1. — O Programa de Estabilização Económica e Financeira.
2. — O Plano Quadrienal de desenvolvimento

balança comercial.

4. — Equilíbrio dos preços e medidas de consolidação da moeda nacional.
5. — Melhor racionalização na formação e distribuição de quadros.

Pensamos, camaradas, que todos os quadros responsáveis e dirigentes devem empenhar-se ardentemente, com espírito militante e revolucionário, na árdua luta que estamos a travar pelo nosso desenvolvimento económico, tornando-se activos, demonstrando espírito de iniciativa e espírito criador, dentro das linhas orientadoras estabelecidas pelo Partido. O Partido deve ser efectivamente capaz de controlar com eficácia a actividade económica e financeira do país. Os quadros militantes, responsáveis e dirigentes devem criar cada vez mais hábitos de estudo, para se diminuírem na nossa acção e na nossa vida, os riscos das improvisações.

Quanto mais soubermos, melhor podemos compreender a nossa própria realidade e do mundo circundante em que vivemos, que, aliás, estão ligadas entre si.

A ignorância é, na nossa terra, uma condição temporária, que se prende com o nível de atraso em que ainda vivemos e o fraco desenvolvimento das nossas forças produtivas. Mas, na luta pelo saber cabe aos membros do Partido um papel particular: o de catalizadores. Por isso, devem não só dar o exemplo de amor e aplicação ao estudo mas também ser capazes de levar um cada vez maior número de camaradas e de simples cidadãos a interessarem-se pela cultura, as artes, a técnica e a ciência, como meio de melhor nos apetrecharmos para resolver os nossos problemas políticos, económicos, sociais e culturais.

Melhoremos, pois, os nossos conhecimentos a todos os níveis, para que cada dia seja mais efectiva, válida e real a nossa independência e liberdade! Cultura, ciência, técnica e desenvolvimento económico são elos de uma mesma cadeia num processo libertador.

Caros camaradas,

Temos de falar claro. As coisas vão mal na nossa terra em muitos lados: há muitas debilidades, que nos causam sérias perturbações e com as quais nos devemos preocupar. Julgamos que muitas dessas debilidades podiam perfeitamente não existir.

Se bem que não tivéssemos chegado ainda a uma situação de desespero, devemos, porém, esclarecer que a situação económica que estamos a viver é extremamente difícil e delicada. Por outro lado, a posição de um revolucionário é a de jamais desespearar, é a de buscar soluções e de saber encontrá-las, tendo em conta que qualquer solução deve estar conforme com os princípios do Partido, com a dignidade do nosso povo e deve contribuir para preservar, seja de que forma for, mesmo impondo-nos sacrifícios, a soberania e a independência nacionais.

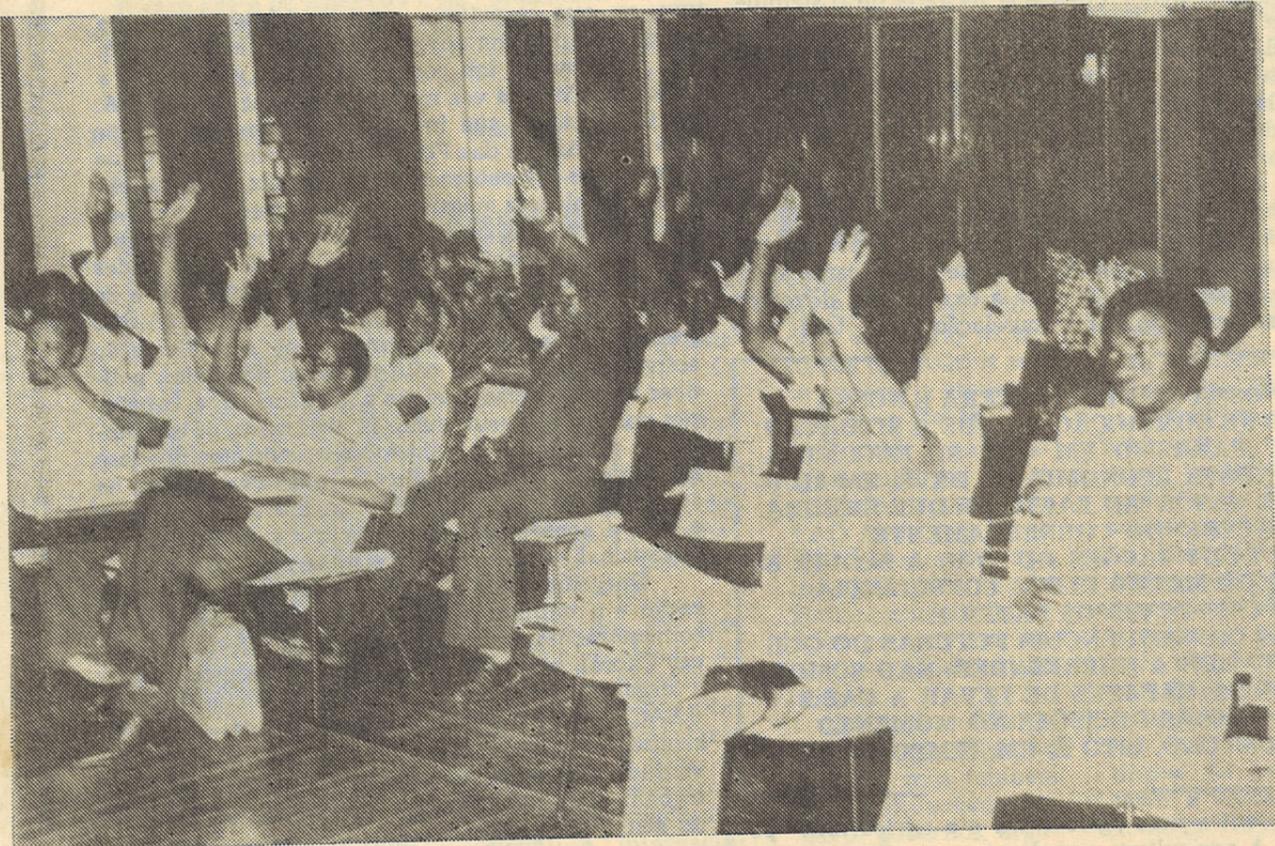
Todavia, uma coisa é certa como já o afirmava o nosso líder imortal, o saudoso camarada Amílcar Cabral, Militante Número Um do Nosso grande Partido: (citamos) «as massas só se manterão fiéis ao Partido, constituindo sempre a sua força principal, se as suas aspirações, iniciativas e críticas forem ouvidas e respeitadas pela direcção superior do Partido» (fim de citação).

Camaradas,

Estamos praticamente nas vésperas do começo da realização do Programa de Estabilização Económica e Financeira que irá implicar algumas mudanças no nosso aparelho económico, e interessa, portanto, que o Comité Central debata profundamente as medidas contidas nesse programa que irá ter incidências importantes na melhoria da vida do nosso povo.

O nosso país atravessa neste momento uma das mais difíceis situações económicas da sua história após a libertação nacional. Sem quereremos esquecer ou minimizar a herança colonial altamente negativa, do ponto de vista económico-financeiro e de produção, e tendo também em consideração que a nossa economia sofre os efeitos desastrosos da crise económica mundial, da deterioração dos termos de troca e do aumento constante da factura do

Continua na pág. 6



feito-a. Devemos trabalhar para conseguir tornar a emulação fraternal como um meio de pôr à prova a nossa capacidade de realização e de iniciativa, na base da concorrência, franca, séria e leal entre as partes em disputa e de modo a criar e a desenvolver a entajuda colectiva.

Caros camaradas,

Se é verdade que depois da conquista da nossa independência conseguimos realizar no plano económico uma série de iniciativas de grande interesse

Económico e Social.

Por outro lado, deve o nosso Comité Central, como órgão dirigente do Partido, recomendar às instâncias estatais que trabalhem de forma mais eficaz possível no sentido de se concretizarem os seguintes objectivos gerais:

1. — Aumento da produção e da produtividade.
2. — Liquidação do desemprego e do subemprego.
3. — Equilíbrio da balança de pagamentos e da

Relatório do Secretário-Geral do PAIGC ao Comité Central

(Continuação das Centrais)

petróleo, parece-nos que se é verdade que a nossa economia é extremamente afectada pela conjuntura internacional, não é menos verdade que a crise que ora atravessamos tem as suas causas fundamentais na inadequação das estruturas por nós criadas, e nos erros estratégicos cometidos no regime de depósito.

Vejamos nas suas linhas gerais, como se apresenta a nossa situação económica-financeira:

1. — O sector primário, apesar dos projectos levados a cabo no sentido de promover a produção popular, não conseguiu ainda aumentar sensivelmente a produção, apesar de uma assistência técnica importante dada ao camponês, para além

PORQUE SERÁ QUE TANTAS COISAS NÃO MARCHAM COMO DEVE SER NA NOSSA TERRA, NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NAS EMPRESAS DO ESTADO, NUM CERTO NÚMERO DE SERVIÇOS E MESMO NALGUMAS INSTÂNCIAS DO PARTIDO?

dos factores de produção melhorados que se lhe oferece. Essa estagnação dever-se-á fundamentalmente à ausência de estímulos materiais (mercadorias disponíveis para consumo) que se tem verificado cada vez mais agudamente. Resultado: excedentes exportáveis muito pequenos.

2. — O comércio não tem cumprido o seu papel decisivo de dinamizador da produção e de intermediário entre produtores, fundamentalmente pelas razões seguintes:

— níveis baixos de importação agravados pelo privilégio dado aos centros urbanos em detrimento do campo, que é afinal quem produz;

— não vinculação do retalhista rural à agricultura e à comercialização dos produtos agrícolas;

— inadequação das estruturas do comércio estatal retalhista às suas funções económicas e sociais.

3. — No chamado sector moderno da economia, somos obrigados a constatar a falência quase completa do investimento público realizado que se cifra em dezenas de milhões de dólares de aumento da dívida pública sem que houvesse aumento da produção interna; pelo contrário, muitas unidades industriais continuam a absorver uma parte dos nossos já fracos recursos em divisas.

4. — Balança de pagamentos deficitária em mais de 40 milhões de dólares como consequência da baixa produção exportável, e da necessidade crescente de importação de bens de equipamento e de consumo.

5. — Orçamento de funcionamento altamente deficitário (mais de 40%), cujo déficit é coberto essencialmente com emissão de moeda.

6. — Apesar dos baixos níveis de consumo de energia, o petróleo tem um peso catastrófico nas nossas importações.

Um dos objectivos, o principal objectivo do Partido, é promover o progresso e o bem-estar do nosso povo, e assim urge buscar soluções para a crise que ora atravessamos.

É neste quadro que é elaborado o Programa de Estabilização Económica e Financeira que mais não é que um conjunto de medidas políticas de política económica urgentes que efectivamente poderão fazer o nosso país ultrapassar a crise actual e enfrentar o futuro com confiança. Dada a importância dessas medidas, das transformações que elas acarretarão e dado, consequentemente, o impacto económico e sócio-político que elas terão, o Comité Central deverá analisá-las cuidadosa e profundamente, para que o Partido, força política dirigente da sociedade, mobilize, enquadre e dirija o nosso povo no esforço enorme que requer a recuperação económica do nosso país.

Podemos afirmar que os elementos-chave do programa de estabilização económica e financeira são:

1. — Dinamização da produção agrícola através de estímulos consequentes ao produtor, nomeadamente uma retribuição justa da sua produção de bens de consumo e uma política de preços de compra ao produtor mais coerente com a nossa realidade económica;

2. — Reestruturação do sector comercial baseada nos seguintes parâmetros;

— Privatização, sempre que possível, do co-

mércio retalhista rural;

— Vinculação do retalhista rural, da sua própria existência como tal, à comercialização dos produtos agrícolas, especialmente os excedentes exportáveis;

— Transformação das duas grandes empresas estatais do comércio em uma empresa de importação-exportação e uma empresa grossista;

— Cativação de uma parte importante das receitas de exportação, destinada às importações para o meio rural;

— Estímulos à comercialização e exportação de produtos não tradicionais.

3. — Promoção do equilíbrio orçamental através de uma política consequente de contenção de despesas. Reduzir a níveis aceitáveis a emissão de moeda destinada a financiar o orçamento de funcionamento do Estado.

4. — Recuperação (na medida do possível) e reorientação do sector moderno público, no sentido da produção de bens de consumo para o mercado interno e de consumos destinados fundamentalmente ao sector primário.

5. — Promoção de um desenvolvimento acelerado dos sectores produtivos prioritários e virados para a exportação, nomeadamente a agricultura, as pescas, as florestas e os recursos mineiros.

— Abertura ao investimento privado estrangeiro nesses domínios em regime de associação com capitais nacionais.

6. — Aproveitamento das capacidades de produção privada, nomeadamente na agricultura moderna, virada à exportação.

7. — Política de crédito adequada ao desenvolvimento.

Não nos vamos alongar mais sobre o conjunto de medidas contidas no programa de estabilização do qual julgamos ter salientado as principais.

O «programa de estabilização económica e financeira», se bem que elaborado tendo em conta os elementos básicos e essenciais da nossa estratégia de desenvolvimento, baseou-se na nossa experiência vivida no sentido de corrigir alguns exageros, como por exemplo o da estatização quase completa do aparelho produtivo e económico, com excepção da agricultura popular.

Nesse sentido, a privatização do comércio retalhista, irá efectivamente promover o desenvolvimento de uma camada social e permitir uma acumulação que poderá ser importante em contrapartida de uma maior eficiência da rede de distribuição de mercadorias e comercialização de produtos agrícolas, que terá como efeito fundamento a dinamização e o crescimento consequente da produção. Devemos ter presente que o comerciante não detendo meios de produção, não constitui uma força económica decisiva, apesar da importância social e económica da sua função. Por outro lado, poderemos, através do fisco, garantir que a acumulação não ultrapasse os meios julgados convenientes. No plano do desenvolvimento de uma certa agricultura privada virada para a exportação, devemos estudar bem e definir a correlação que terá que

É NOSSA OPINIÃO SINCERA E NOSSA FIRME CONVICÇÃO DE QUE A SITUAÇÃO DE MARASMO EM QUE SE ENCONTRA A NOSSA ECONOMIA SE DEVE, EM MUITOS CASOS AO FACTO DE QUE EMBORA CONCEBENDO CORRECTAMENTE AS ORIENTAÇÕES OU VIAS A SEGUIR E TENDO MESMO PLENA CONSCIÊNCIA DO QUE DEVEMOS FAZER E DAS CONSEQUÊNCIAS FUTURAS DO QUE ESTAMOS A EMPREENDER, NÃO SOMOS, PORÉM, CAPAZES DE LEVAR A CABO AS NOSSAS DECISÕES NO MOMENTO OPORTUNO, ISTO É, EM TEMPO DEVIDO.

existir entre essa agricultura e a agricultura popular. A agricultura popular representa a autosuficiência, a segurança alimentar, a base da independência económica e política. A agricultura privada deverá significar exportações, obtenção de meios para financiamento do desenvolvimento (inclusivê da agricultura popular), e aquisição de bens de consumo e de equipamento.

A agricultura privada poderá e deverá ser importante, mas não decisiva na nossa estratégia de desenvolvimento nem mesmo no plano da obtenção

dos recursos em divisas, e devemos promover o seu desenvolvimento dentro desses parâmetros.

A abertura de alguns domínios de desenvolvimento prioritário ao capital estrangeiro de preferência associado a capitais nacionais, compreende-se pela necessidade que ainda temos de receber a contribuição e o apoio externos de tecnologia e gestão económica e técnica, além de uma diminuição substancial dos riscos do investimento. Naturalmente que devemos enquadrar o investimento estrangeiro por forma a que a sua acção seja bem orientada e possa ser positiva para a nossa economia e os interesses do nosso povo.

II. O PARTIDO COMO FORÇA POLÍTICA DIRIGENTE DA SOCIEDADE

Podemos dizer que desde a última reunião do Comité Central até hoje, apesar de se verificarem algumas falhas na organização do Partido e no funcionamento de alguns dos seus órgãos, demos passos concretos em frente. Assim, desde então, melhorou sensivelmente a coordenação pelo Partido das actividades das organizações de massas e estas, de uma maneira geral, melhoraram as suas estruturas, alargaram o seu âmbito de acção, intensificaram as suas actividades.

Nesse quadro, a JAAC como reserva segura e combativa do Partido, tem desenvolvido, tanto a nível nacional como internacional, um trabalho meritório e digno de menção, que tem possibilitado uma mobilização cada vez mais acentuada das mais diversas camadas da juventude, desde a juventude operária e camponesa até as camadas da pequena burguesia local e urbana. Julgamos terem sido acertadas algumas medidas que tomámos na devida al-

TODOS OS QUADROS RESPONSÁVEIS E DIRIGENTES DEVEM EMPENHAR-SE ARDENTEMENTE, COM ESPÍRITO MILITANTE REVOLUCIONÁRIO, NA ÁRDUA LUTA QUE ESTAMOS A TRAVAR PELO NOSSO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, TORNANDO-SE ACTIVOS, DEMONSTRANDO ESPÍRITO DE INICIATIVA E ESPÍRITO CRIADOR, DENTRO DAS LINHAS ORIENTADORAS ESTABELECIDAS PELO PARTIDO.

tura, no que respeita a quadros sobretudo, e que possibilitaram uma nova situação em relação à J.A.A.C., tornando-a um corpo mais vivo e dinâmico e fazendo dela cada vez mais a reserva segura do P.A.I.G.C.. Desde a sua implantação e organização no seio das FARP e das Forças de Segurança, até à sua fixação nas diferentes regiões do país, à realização de actos políticos massivos de solidariedade com povos em luta pela sua emancipação, independência e soberania nacionais, à organização de actividades culturais e desportivas, ao trabalho produtivo e de emulação fraternal, ao estímulo dado à discussão franca, ampla, aberta e democrática, à participação activa e militante na comemoração das datas políticas significativas nacionais, à formação e superação política dos seus quadros dirigentes, de respeito esteio do Partido na sua acção junto das massas, na sua influência política e ideológica sobre as mesmas e para a consecução dos nobres ideais de paz, democracia, liberdade e progresso para o nosso povo.

Queremos aqui realçar em particular a organização e o impulso que a JAAC soube imprimir às comemorações do 10.º aniversário da morte de Amílcar Cabral, em estreita ligação com as estruturas e a organização do nosso Partido. Na actividade da JAAC ressalta o papel de relevo que tem sabido desempenhar como autêntica vanguarda da nossa juventude e que lhe tem permitido desenvolver um trabalho que por etapas, nos conduziu à realização do seu I Congresso.

Anúncio

AGRADECIMENTO

Seu marido e filhos, Na impossibilidade de o fazer em pessoalmente vêm por este meio agradecer a to-

dos que se dignaram acompanhar, Domingas Cabral, a sua última morada ou que por qualquer outra forma lhes manifestaram o seu pesar.

Jumblatt na Grécia

«A Grécia apoia sem nenhuma reserva a soberania e a unidade do povo libanês, preconiza a reconciliação nacional o mais depressa possível e cessação das hostilidades, a formação de um governo de unidade nacional, a integridade territorial completa e a retirada de todas as forças estrangeiras no Líbano».

É esta a essência da posição do governo socialista grego, que o primeiro-ministro Papandreu apresentou, na terça-feira à tarde, no decurso de um encontro com Walid Jumblatt, o líder dos druzos libaneses.

Neste quadro, a Grécia aceitou a missão de bons ofícios para ultrapassar a crise nacional libanesa mais grave até ao presente.

O líder dos druzos e do Partido Socialista libanês, Walid Jumblatt estima que o problema libanês pode ser resolvido por um diálogo entre todas as facções nacionais responsáveis e graças a uma compreensão política «o que, disse ele, poderia ser resolvido dentro de pouco tempo». Jumblatt seguirá depois para Damasco e Roménia.

Niger: Tentativa de golpe de Estado

Uma tentativa de golpe de Estado, fomentada por «homens armados» foi desmantelada, quinta-feira, em Niamey, capital do Niger, na ausência do chefe do Estado, general Seyni Kountche, que acabava de participar na cimeira Franco-Africana de Vittel (França).

O anúncio desta tentativa de golpe de Estado foi feito pelo primeiro-ministro, Oumarou Mamane, numa «mensagem à Nação» radio-difundida. Entretanto, o primeiro-ministro não deu nenhuma precisão sobre o desenrolar desta tentativa de golpe de Estado.

Ignora-se, particularmente, no princípio da tarde de quinta-feira, quais eram os «homens armados», aos quais Oumarou Mamane atribuía a autoria da acção e as circunstâncias precisas que tinham permitido a tentativa do golpe. Igualmente, não se soube se a troca de tiros entre os golpistas e as tropas leais fez vítimas. O primeiro-ministro, na sua alocução radiofónica, indicou somente que «graças à vigília e ao patriotismo das forças armadas nacionais a situação foi sustida e a ordem restabelecida».

Segundo diversos testemunhas dignos de crédito, tiros de armas automáticas foram ouvidos à partir de uma hora GMT na madrugada da quinta-feira na zona presidencial e do Estado-Maior, onde se situa também a caserna das guardas presidenciais e da polícia. A escaramuça continuou com tiros esporádicos até às 7 e 30 locais. As operações

de defesa iniciaram-se quando as autometralhadoras ligeiras tomaram posição no perímetro residencial, ruas e avenidas que ladeiam a presidência da república. Então, vários edifícios ficaram sob controlo dos militares, particularmente a rádio e o centro de telecomunicações.

As comunicações telefónicas nacionais e internacionais cortadas desde o início das operações foram restabelecidas cerca das 10 e 30 GMT, enquanto que o dispositivo militar fazia cerco aos golpistas e detinha o controlo da situação.

Sob um céu brumoso e carregado de poeira, Niamey começou a reanimar-se após horas de inquietação e de nervosismo. Breves desparadas pânico tiveram lugar quando os militares disparavam tiros ao ar festejando a vitória.

Esta tentativa de golpe de Estado é a terceira, anunciada oficialmente, ao qual teve de fazer face o regime do presidente Seyni Kountche, desde a sua tomada da poder, à cabeça do Conselho Militar Supremo (CMS), em 15 de Abril de 1974.

A primeira tentativa de golpe que o regime conheceu foi em 2 de Agosto de 1975 em que o n.º 2 do CMS, comandante Sani Souma Sidô foi acusado de «complot». Em 15 de Março de 1976, o presidente Seyni Kountche enfrentava uma nova tentativa encabeçada pelo comandante Moussa Bayers (ex-ministro da Economia Rural) e o capitão Sid Mohamed, chefe do gabinete do ministro da defesa.

Moro assassinado para impedir entrada do PCI no Governo

Guerrilheiros urbanos raptaram e mataram o antigo primeiro-ministro italiano, Aldo Moro, como parte de uma campanha para destruir uma aliança entre o seu Partido (Democracia Cristã) e o Partido Comunista Italiano (PCI), afirmaram magistrados, na segunda-feira passada, num relatório que encerra formalmente o caso.

O texto, de 1415 páginas, foi elaborado pelo magistrado que, em Janeiro passado, conde-

nou 59 membros das Brigadas Vermelhas a um total de 947 anos de prisão, pela participação no crime, ocorrido em 1978.

O documento, que traça a história das Brigadas Vermelhas, analisa as condições que contribuíram para o seu aparecimento e notoriedade e critica fortemente o fracasso das autoridades em conter a organização.

Os juizes rejeitaram teorias de que Moro tivesse sido vítima de uma

conspiração de inimigos políticos do seu próprio partido, que se opunham à sua política — conhecida como «compromisso histórico», de incluir o PCI no Governo.

O corpo do Moro foi descoberto no porta-bagagens de um carro estacionado numa rua de Roma, quase dois meses depois das Brigadas Vermelhas o terem raptado, numa emboscada em que foram abatidos a tiro cinco guarda-costas armados.

Mário Soares recusou uma proposta apresentada no final dos trabalhos do V Congresso do PS (Partido Socialista português), e subscrita por cerca de 500 assinaturas, que o designaria candidato do partido às próximas eleições presidenciais. Argumentavam os proponentes que não haverá um outro congresso antes de tais eleições (Soares responderia que tal decisão não cabe necessariamente a um congresso), e que o país deve conhecer com antecedência os candidatos.

Samora Machel em visita à Europa

O Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, chegou ontem à tarde, a Lisboa, para uma visita oficial de cinco dias, a convite do Chefe de Estado português, Ramalho Eanes. O Presidente moçambicano iniciou a sua visita de três semanas a seis países europeus, tendo já visitado a Bélgica e Holanda. Em seguida, visitará a Jugoslávia, França, e a Grã-Bretanha.

Durante o jantar, que lhe foi oferecido pela Câmara de Comércio Belgo-Africana, e que culminou o primeiro dia da sua visita à Bélgica, o Presidente Machel apelou aos investimentos privados para o desenvolvimento das potencialidades agrárias moçambicanas.

No seu discurso, o Chefe de Estado moçambicano, depois de considerar que as relações entre o seu país e a Bélgica não são profundas, manifestou o desejo de uma conjugação de esforços para o desenvolvimento de actividades conjuntas. Para tal, Machel anunciou, para breve, a elaboração de um código de investimentos que terá de ter em conta as especificidades de Mo-

çambique e garantir os legítimos interesses dos investidores.

O Presidente moçambicano teve, em Bruxelas, conversações com os responsáveis da CEE. Os funcionários desta comunidade afirmam que as conversações foram um novo passo no fortalecimento das relações de Moçambique com os 10 países da CEE. Na capital belga, o Chefe de Estado de Moçambique pediu a entrada do seu país para o grupo dos ACP/CEE.

«Moçambique pediu para entrar na família dos países (A.C.P.) a fim de contribuir como um instrumento que beneficia os nossos povos» declarou Samora Machel, diante do Conselho dos Ministros ACP reunido em Bruxelas.

Os ministros e representantes dos 63 países ACP prepararam, desde segunda-feira, na capital belga, a negociação com a CEE para renovar a Convenção de Lomé. Esta negociação, que deve durar 10 meses e na qual Moçambique participará pela primeira vez, assim como Angola, abriu ontem em Luxemburgo

com um Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE e dos ACP.

Segundo as mesmas fontes, o Presidente moçambicano, cujo país tem mais de 3 000 km de costa, estaria interessado para os acordos de pesca que a CEE conclui com muitos países africanos e que prevê, em contrapartida, a pesca de peixe, uma cooperação com vista a ajudar o desenvolvimento do sector das pescas dos países que fazem parte.

Machel exortou, igualmente, ao Comissário Pisaní, a experiência levada a cabo no seu país para desenvolver as pequenas explorações agrícolas familiares, incentivando os cidadãos sem emprego para voltarem para o campo. Tal experiência, estimou uma nota da comissão, poderia muito bem ser suportada pela CEE no quadro da terceira Convenção de Lomé. Com este fim, a Comissão deseja que esta nova Convenção permita desenvolver verdadeiras estratégias alimentares nos países africanos que os permitam atingir a autosuficiência alimentar.

TUNIS — O Conselho de Ministros Árabes da Informação terá lugar amanhã e segunda-feira a sua 19.ª sessão, em Tunis, para examinar a elaboração de uma estratégia árabe da Informação nos EUA, América Latina e África.

Aquele projecto de acção árabe no domínio da informação tem por objectivo reforçar a presença da informação árabe nos Estados Unidos «actividades do sionismo e dos centros de decisão» naquele país.

Por outro lado, o novo projecto de acção da informação árabe em África e América Latina destina-se a fazer face «ao reforço de infiltração israelita em África, visando o restabelecimento das relações entre Israel e países africanos».

LIBERTAÇÃO

ANKARA — O Conselho Nacional de Segurança, no poder, em Ankara, decidiu libertar na semana passada 16 políticos, entre os quais o antigo primeiro-ministro Süleyman Demirel, actualmente em regime de residência fixa no campo militar de Canakkale (Dardanelos). Os responsáveis militares precisavam, entretanto, num comunicado, que os referidos políticos não poderão desempenhar um papel activo na vida política nem fazer publicamente declarações políticas.

GOVERNO

TELAVIVE — O designado primeiro-ministro israelita Isaac Shamir renunciou à formação de um Governo de unidade nacional, após ter recusado as condições do Partido Trabalhista (oposição).

O fracasso das conversações com a comissão trabalhista, chefiada por Simon Peres, tornou-se óbvio pouco depois do início da terceira ronda de contactos entre as duas partes considerada decisiva. As divergências giram em volta dos colonatos na Cisjordânia e em Gaza, territórios ocupados.

AUSTERIDADE

ROMA — O Conselho de Ministros Italiano lançou uma série de medidas radicais de austeridade para diminuir o défice orçamental de 1984 para 90 mil milhões de liras (cerca de 3600 milhões de contos).

Considerado desde já como um dos mais severos desde a guerra, o plano de rigor elaborado pelo Governo socialista de Bettino Craxi prevê, por um lado, cerca de 10 milhões de liras de impostos novos e, por outro lado, 30 mil milhões de economias de sectores da Saúde, das Reformas, do Ensino e da Defesa.

Novos membros do Governo

O Conselho de Ministros, na sua habitual reunião semanal, nomeou quatro secretários-gerais, um novo presidente para o Instituto Nacional de Seguros e Previdência Social e quatro directores-gerais.

A reunião, que decorreu sob a presidência do camarada Victor Saúde Maria, do Bureau Político do PAIGC, vice-Presidente do Conselho da Revolução e Primeiro-Ministro, nomeou os

camaradas Augusto Pereira da Graça, nosso embaixador em Moscovo, para o cargo de secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Adelino Mano Quetá, secretário-geral do Ministério da Economia e Finanças para as mesmas funções no Ministério das Obras Públicas, Construção e Urbanismo, Mário Ribeiro, director-geral dos Transportes e Turismo para secretário-geral do

mesmo Ministério e Jorge Santamarina Miranda Lima, secretário-geral do Ministério da Administração Interna, Função Pública e Trabalho, para as mesmas funções no Ministério de Energia e Indústria. Para o cargo de presidente do Instituto Nacional de Seguros, Previdência e Acção Social, foi nomeado o camarada Luís Cândido Ribeiro, director-geral do Ministério do Desenvolvimento Rural.

O Conselho de Ministros nomeou, ainda, os camaradas Braima Camará, para director-geral da Aeronáutica Civil, António Cardoso, director-geral da Geologia e Minas, Hugo Borges, director-geral do Comércio, do Ministério do Comércio e Artesanato e Eduardo Fernandes, director-geral do Gabinete de Estudos e Planificação do Ministério do Comércio e Artesanato.

Bissau na Assembleia Geral da ONU

Com o objectivo de participar na reunião anual da Assembleia-Geral das Nações Unidas que decorre em Nova York desde passado mês de Setembro, e que encerram os trabalhos no próximo mês de Dezembro, deixou o nosso País uma delegação do nosso Partido e Governo chefiada pelo camarada Fidélis Cabral d'Almada, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

De acordo com as declarações do camarada Abubacar Turé, momentos antes de deixar o

país, nesta reunião serão discutidas todos os problemas candentes no plano internacional, por plano a encontrar uma solução mais viável para salvaguardar a paz no nosso planeta.

Por outro lado e ainda segundo o camarada Abubacar Turé, a nossa delegação irá naquele fórum internacional expor especificamente problemas relacionados com a assistência económica ao nosso país, particularmente neste momento em que faltam escassos dias para a realiza-

ção da mesa redonda no quadro do Plano Quadrienal do Desenvolvimento.

Saliente-se ainda de que fazem parte da nossa delegação que se juntará ao camarada Fidélis Cabral d'Almada que neste momento se encontra em França, os camaradas Inácio Semedo

Júnior, embaixador do nosso país junto as Nações Unidas, Eugénio Spim, Conselheiro da nossa embaixada na ONU, Liberato Gomes e Macário Perdigão, respectivamente Chefe do Departamento das Relações com Organismos Internacionais e do Protocolo dos Negócios Estrangeiros.

Secretariado do CC reúne-se em Bissau

O Secretariado do Comité Central do PAIGC, que se reuniu na tarde de quarta-feira passada, sob a presidência do camarada Vasco Cabral, membro do Bureau Político do PAIGC e secretário permanente do CC, debruçou-se sobre questões ligadas às actividades estatísticas, mais precisamente, às que se prendem com aspectos económicos.

O Secretariado do CC examinou, igual-

mente, a necessidade de deslocação, para breve, aos países socialistas, de uma delegação partidária, com o objectivo de alargar e intensificar as nossas relações de amizade e solidariedade com os nossos aliados principais.

Durante a reunião, os membros daquela instância partidária decidiram recrutar quadros técnicos para trabalharem no Secretariado, quer como colaboradores.

Assembleia do BM e FMI: Promover programas de ajuda aos países em desenvolvimento

O camarada Pedro Godinho Gomes, Governador do Banco Nacional da Guiné, regressou na manhã de quarta-feira ao país, após ter conduzido uma delegação do BNG aos trabalhos da Assembleia anual conjunta do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, realizado nos Estados Unidos da América, de 27 a 30 do mês último.

Segundo o chefe da

delegação, ficou evidente o esforço com vista à reconstituição do fundo do Instituto de Desenvolvimento do Banco Mundial, organismo que atribui créditos a longo prazo, sem taxas de juros, aos países menos desenvolvidos.

Ainda neste âmbito, houve atribuições de fundos, para o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, com vista a garantir a

continuidade da elaboração de programas de assistência aos Estados menos desenvolvidos.

A Guiné-Bissau, como membro destas duas instituições bancárias, contará com essa assistência, devendo, segundo Godinho Gomes, beneficiar brevemente de uma ajuda de acordo com o previsto no programa de Estabilização Económica. Paralelamente à sua

participação nos trabalhos desta Assembleia, o camarada Godinho Gomes teve contactos relativos à próxima reunião com os nossos parceiros, a realizar-se em Lisboa.

A delegação da nossa instituição bancária era integrada ainda pelos camaradas António da Luz Cabral, director-geral do BNG e Victor Mandinga, director de Créditos.

PNUD e PAM optam pelo horário único

As representações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa Alimentar Mundial (PAM) continuam a trabalhar em regime de horário único que vai das 8 horas às 15 horas; de segunda a sexta-feira e das 8 horas às 11,30 horas aos sábados.

Esta decisão, segundo uma nota enviada à nossa Redacção, foi tomada tendo em conta os resultados positivos, eficácia e rentabilidade obtidos pelos trabalhadores destas duas representações durante o período de um mês em que vigorou o horário único instituído pela Função Pública.

Cursos de administração e secretariado

Encontram-se abertas de 1 a 10 do corrente mês, no Centro de Formação Administrativa do Instituto Técnico de Formação Profissional, inscrições para as provas de admissão aos cursos de administração e secretariado, referente ao ano lectivo 1983/84.

Este centro, criado no ano passado, corresponde a uma necessidade sentida pelo nosso país face às carências de profissionais especializados na execução de tarefas dos domínios administrativos e de quadros médios com especialização administrati-

va e de secretariado. Ao longo de três anos de estudos, o centro preparará executantes de tarefas elementares e especializadas e quadros médios, através de uma formação intensiva, rápida e prática, adaptada às realidades do país.

O acesso ao centro está aberto aos candidatos habilitados com a nona classe, mas também aos práticos que demonstrarem conhecimentos e aptidões, possibilitando a igualização de oportunidades de promoção àquele que no funcionalismo público e outras actividades não

puderam seguir nenhum curso.

Saliente-se, entretanto, que os alunos que nele ingressam não se candidatam necessariamente à formação máxima. Só terão acesso ao grau seguinte os que revelarem qualidade no grau de formação anterior. Por outro lado, os que não passarem para o grau seguinte poderão iniciar a vida profissional de acordo com a formação recebida.

Os interessados deverão preencher devidamente e enviar a ficha de inscrição que foi entregue a todos os departamentos.

Secretário do Plano regressou da França

O camarada Bartolomeu Simões Pereira, Secretário de Estado do Plano e da Cooperação Internacional, regressou ao país na passada quarta-feira, depois de uma estadia de alguns dias em França.

Naquele país europeu,

o Secretário de Estado do Plano e da Cooperação Internacional teve contactos com a ATREE (Gabinete dos Estudos Franceses) que participaram na elaboração do Plano Quadrienal de Desenvolvimento, que foi recentemente aprovado

pelo Comité Central do PAIGC.

Saliente-se que estes contactos tem como objectivo preparar a mesa redonda que terá lugar em Janeiro, em Genebra, com os nossos parceiros económicos.

Inaugurada conferência da OIT

A 6.ª Conferência Regional Africana da OIT (Organização Internacional do Trabalho) abriu os seus trabalhos na terça-feira em Tunis, (capital da Tunísia) com a participação de cerca de

400 delegados representando governos, trabalhadores e sindicatos de 40 países africanos aproximadamente. Os participantes devem prosseguir os trabalhos até ao dia 13 do corrente mês.

Saliente-se que o nosso país está representado neste certame, pelo camarada dr. João Cruz Pinto, Ministro da Administração Interna, Função Pública e Trabalho.

REDAÇÃO: Antunes Alves, António Tavares, Baltazar Bebiano, Carolina Morgado, Cristóvão Mango, Fernando Jorge, José Tebalho, Pedro Abina, Síndico Abina. MAQUETAGEM: Cândido Camará, Justiniano Mendonça. FOTOGRAFIA: Agostinho Sá, Cesário Gá, José Tebalho, Manuel Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. SECRETARIA DA REDACÇÃO: Eurídice Gama, Ilda Miranda, Ivete Monteiro.

DIRETOR: António Soares; CHEFE DE REDACÇÃO EM EXERCÍCIO: João Quintana

REDAÇÃO: Antunes Alves, António Tavares, Baltazar Bebiano, Carolina Morgado, Cristóvão Mango, Fernando Jorge, José Tebalho, Pedro Abina, Síndico Abina. MAQUETAGEM: Cândido Camará, Justiniano Mendonça. FOTOGRAFIA: Agostinho Sá, Cesário Gá, José Tebalho, Manuel Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. SECRETARIA DA REDACÇÃO: Eurídice Gama, Ilda Miranda, Ivete Monteiro.